

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECOLOGIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Miriam de Oliveira Machado

**JORNAL O PATO MACHO:**

Ditadura militar e resistência da imprensa em Porto Alegre  
na década de 70

Porto Alegre  
2010

Miriam de Oliveira Machado

**JORNAL O PATO MACHO:**

Ditadura militar e resistência da imprensa em Porto Alegre  
na década de 70

Trabalho de Conclusão de Curso realizado durante o 1º semestre de 2010 apresentado como requisito para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Ms. Marlise Giovanaz.

Porto Alegre

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Prof. Ricardo Schneiders da Silva

Vice Diretor: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Helena Van der Laan

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Mielniczuk de Moura

Chefe Substituta: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helen Beatriz Frota Rozados

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M149j	Machado, Miriam de Oliveira
	Jornal O Pato Macho: ditadura militar e resistência Da Imprensa em Porto Alegre na década de 70 / Miriam de Oliveira Machado. – Porto Alegre : UFRGS, 2010.
	Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Graduação em Biblioteconomia, 2010.
	1. Jornal O Pato macho. – 2. censura. – 3. Ditadura Militar.
	I. Machado, Miriam de Oliveira. II. Giovanaz, Marlise Maria (Orientadora). III. Título.
	CDU: 070

Departamento de Ciências da Informação

Rua: Ramiro Barcelos, 2705

CEP: 90035-007

Tel: (51) 3308-5146

Fax: (51) 3308-5435

E-mail: dci@ufrgs.br

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

MIRIAM DE OLIVEIRA MACHADO

**JORNAL O PATO MACHO: ditadura militar e resistência da imprensa em  
Porto Alegre na década de 70.**

Trabalho de conclusão do curso de  
Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, realizado durante o 1º semestre de  
2010 e apresentado como requisito parcial para a  
obtenção do título de Bacharel em  
Biblioteconomia.

Aprovado em: \_\_\_\_\_ \ \_\_\_\_\_ \ \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Profª Ms. Marlise M. Giovanaz – UFRGS

---

Profª Helen Flores de Flores – UFRGS

---

Profª Glória Satamini Ferreira – UFRGS

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Profa. Marlise M. Giovanaz por dirigir a minha caminhada sobre o projeto proposto e confiar que seria capaz de realizar.

Aos meus colegas Voltaire e Ronaldo e ao bibliotecário Fernando da biblioteca da Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre - (PGM), e também toda a equipe do Museu de Comunicação que me proporcionaram informações a respeito do trabalho e tornaram o trabalho possível.

Aos meus familiares, minha mãe Iracema e meu pai Osvaldo, que sempre acreditaram que eu ia vencer este obstáculo.

À minha querida filha Maya, ao meu sobrinho Renan, a minha irmã Luciane e a minha tia Cida que sempre me incentivaram na realização deste trabalho.

Às minhas queridas amigas Lueci e Maira que me ajudaram na realização do trabalho dando-me incentivo e ajudando quando possível a realização desse. Assim como, muitos colegas de faculdade que ao longo dos anos se tornaram não apenas colegas, mas grandes amigos.

## RESUMO

Focaliza estudo sobre o jornal “O Pato Macho” que na ditadura militar representou a resistência da imprensa em Porto Alegre na década de 70, sendo objeto: Censura do regime militar. Analisa, identifica e examina um dos momentos mais importantes da imprensa brasileira usando como parâmetro o periódico alternativo que fazia crítica ao governo militar. O trabalho utiliza a metodologia analítica qualitativa, com base em material constituído de livros, publicações periódicas, obras de referência, teses, dissertações. A pesquisa bibliográfica apresenta os resultados por meio da análise interpretativa de todo o material obtido durante a pesquisa e usa como base a revisão da literatura e as características do meio de pesquisa. Conclui que o periódico alternativo o Pato Macho foi eficaz como forma de resistência contra a ditadura militar que se instalou no país. Foi um meio de informação humorístico, em que as pessoas podiam desabafar e se opor contra o regime ditatorial, mesmo com a forte repressão que pressionava a sociedade, naquele momento. Apesar da vinda da censura prévia ao jornal, na sua terceira edição, não abdicou de sua proposta de contrariedade às imposições feitas pelo regime, ainda que seu foco, principal, fosse fazer críticas ao provincianismo de Porto Alegre.

Palavras-chave: Jornal O Pato Macho. Censura. Ditadura militar.

## **ABSTRACT**

This work Completion of course (CBT) introduced the theme for the completion of the Course Library UFRGS. Has as subject, the newspaper "Pato Macho", the military dictatorship and resistance of the press in Porto Alegre in the 70s, focusing on censorship and dictatorship in that period. It is proposed to analyze, identify and examine one of the most important moments of the Brazilian press as a parameter using the alternative newspaper that was critical to the military government. Aims to identify the manifestations of the military dictatorship, and how the press found forms of resistance to criticize the current government, when it was strictly censored. We use the analytical methodology, based on material consisting of books, periodicals, reference works, theses, dissertations. The literature review presents the results through interpretive analysis of all material obtained during the search and builds upon the literature review and the characteristics of the research. We conclude that the journal Alternative "Pato Macho" was effective as a form of resistance against the military dictatorship installed in Brazil. It was a humorous way of information where people could vent against and oppose the dictatorial regime, even with the strong repression that pressed the company at the time. Despite the arrival of censorship in the newspaper, in its third edition, it has abdicated its opposition to the proposed charges made by the regime, although its focus, primarily, was to criticize the provincialism of Porto Alegre.

**Keywords:** Newspaper Pato Macho. Censorship. Military dictatorship.

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2 JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>11</b>
<b>3 OBJETIVO</b> .....	<b>12</b>
<b>4 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>13</b>
4.1 O QUE É INFORMAÇÃO?.....	13
4.2 A DITADURA MILITAR BRASILEIRA.....	16
4.2.1 A Origem do Regime Militar.....	16
4.2.2 O Estado Autoritário.....	21
4.2.3 O Aparelho Repressivo e suas Leis.....	23
4.2.4 Repressão e a Abertura.....	26
4.3 IMPRENSA.....	31
4.3.1 A Grande Imprensa e a Imprensa Alternativa.....	31
4.3.1.1 A Grande Imprensa.....	32
4.3.1.2 A Imprensa Alternativa.....	33
4.3.2 O Controle da Censura sobre a Imprensa.....	34
4.4 LEI DE IMPRENSA.....	36
<b>5 O PERIÓDICO O PATO MACHO</b> .....	<b>39</b>
5.1 A CENSURA NO JORNAL O PATO MACHO.....	42
5.2 O FIM DO PATO MACHO.....	44
<b>6 METODOLOGIA</b> .....	<b>46</b>
6.1 ABORDAGEM E TIPO DE ESTUDO.....	46
6.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....	47
6.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	47
6.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	48
6.5 TRATAMENTO DOS DADOS.....	49
6.6 APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	49
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>63</b>
<b>Apêndice A</b> – Ficha Bibliográfica de Livro e Ficha Bibliográfica de Periódico.....	<b>65</b>
<b>Apêndice B</b> – Ficha de Apontamentos.....	<b>66</b>



<b>Anexos - Títulos .....</b>	<b>67</b>
<b>Anexo A – Edição 2 – Editorial .....</b>	<b>68</b>
<b>Anexo B – Edição 1 – Que Loucura! .....</b>	<b>69</b>
<b>Anexo C – Edição 10 –Gravura – Monalisa.....</b>	<b>70</b>
<b>Anexo D – Edição 2 – Eis o Sexo.....</b>	<b>71</b>
<b>Anexo E – Edição 3 – Silêncio.....</b>	<b>72</b>
<b>Anexo F – Edição 3 – Eles Não Deixaram o Pato Assar. ....</b>	<b>73</b>
<b>Anexo G – Edição 1 – Editorial – A Patota .....</b>	<b>74</b>
<b>Anexo H – Edição 5 – Política Internacional – They Died With Their Boots On. ...</b>	<b>75</b>
<b>Anexo I – Edição 7 – Opinião .....</b>	<b>76</b>
<b>Anexo J – Edição 9 – 20 Razões para Você Amar O Pato Macho.....</b>	<b>77</b>
<b>Anexo K – Edição 1 – Como Jogar o Simandol.....</b>	<b>78</b>
<b>Anexo L – Edição 6 – Pato Macho .....</b>	<b>79</b>
<b>Anexo M – Edição 6 – Charles o Nobre .....</b>	<b>80</b>
<b>Anexo N – Edição 8 – Pato Macho Nº 1 Nº 2 Nº 3, Nº Quarto.....</b>	<b>81</b>
<b>Anexo O – Edição 15 – A Laranja e Não dá prá Entender .....</b>	<b>82</b>
<b>Anexo P – Edição 5 – Quem Casa Quer Caso.....</b>	<b>83</b>
<b>Anexo Q – Edição 13 – No Futebol Americano, a Mulher é Apenas UM Objeto Sexual que Excita os Jogadores. ....</b>	<b>84</b>
<b>Anexo R – Edição 9 – Libertem-Me!.....</b>	<b>85</b>
<b>Anexo S – Edição 2 – Caricatura – João Gilberto. ....</b>	<b>86</b>

# 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, no ano de 1964, após um golpe orquestrado pelo exército, iniciou-se uma ditadura militar. Com a tomada do poder, o controle foi exercido por meio da opressão de todos os dissidentes. O regime militar foi um momento que marcou de forma contundente a história do Brasil, esse processo não representou somente um período de forte conservadorismo político, mas um momento em que a moral e os bons costumes também estiveram marcados por uma ideologia conservadora. A ditadura afetou a política e legislou sobre o comportamento da sociedade e de várias organizações, nos quais os meios de imprensa foram duramente vigiadas e colocadas sobre a tutela da censura. Neste período, os militares se preocupavam com as informações veiculadas à população, portanto, empregaram-se muitos artifícios que fiscalizavam a imprensa. Entretanto, a censura foi um dos meios mais eficazes de fiscalização do regime, sendo que, as formas de aplicação da censura se diversificaram, dividindo-se em censura prévia (o direito do governo de exercer vigilância sobre a publicação de livros e periódicos) e auto-censura (quando havia a manipulação dos veículos de informação).

A imprensa brasileira no período de 64 a 85 se mostrava de diversas formas, contudo se dividia em dois grupos, a grande imprensa e a imprensa alternativa.

Os militares, ao restringirem as liberdades civis e a liberdade de imprensa, oportunizaram o surgimento de uma imprensa alternativa, com o objetivo de serem contrárias às arbitrariedades do governo. Durante a década de 70 esses jornais eram conhecidos como “imprensa nanica” ou “imprensa de resistência”, eram de formato tablóide (jornal de formato pequeno, geralmente metade do jornal tradicional.), dobrado em quatro partes, e, por características, ataçavam o governo, lutavam pela democracia e pelos direitos humanos. Muitos jornalistas romperam com os modelos editoriais pré-estabelecidos pela grande imprensa, preferindo a imprensa clandestina de oposição. Pois, os periódicos alternativos, fizeram época, por sua resistência aos desmandos do governo e por sua criatividade nas informações fornecidas, em que alguns utilizavam o humor e a sátira, como forma de denúncias.

Neste contexto, surge na capital gaúcha em 1971, o jornal “O Pato Macho”, um periódico, que tinha como princípio atacar o provincianismo porto alegre e

impor resistência ao regime ditatorial. Foi o primeiro jornal gaúcho que utilizou o humor e o sarcasmo nas suas edições, durou somente quatro meses, por não resistir às pressões econômicas e a censura do Estado. Conseguiu ser editado por, apenas quinze edições, mas abriu os caminhos que permitiram o surgimento de outros periódicos do mesmo estilo no Sul. O jornal conquistou o público porto alegreense, e apesar de ser elitizada sua luta era, preferencialmente, contra o provincianismo da burguesia, ou seja, atacava o regime militar usando a burguesia provinciana. Este jornal bateu recordes de vendas em seu início, conseguiu reunir intelectuais e jornalistas famosos, no entanto, era mal visto pelos governantes e pela burguesia do sul. Foi o primeiro jornal alternativo, do sul, que recebeu a censura prévia e passou a circular, somente, com a liberação de um censor da Polícia Federal.

Hoje, o jornal “O Pato Macho” se encontra preservado no acervo do museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MUSECOM). Museu, este, que abrange diferentes áreas da comunicação, e todo o seu material fica à disposição para a pesquisa, incluindo os periódicos que circularam durante a Revolução Farroupilha e a Ditadura Militar, também, este, pode ser encontrado no Arquivo João Batista Marçal – História Operária - e, na Biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - FABICO da UFRGS.

## **2 JUSTIFICATIVA**

O interesse por este tema - Jornal O Pato Macho: ditadura militar e resistência da imprensa em Porto Alegre na década de 70 – originaram-se no desejo de analisar a oposição feita pela imprensa ao regime militar e defrontá-lo com os problemas da censura prévia, e a repressão. Foi no interesse de conhecer o período da ditadura militar brasileira, que vi a oportunidade de resgatar, neste jornal, informações sobre o regime e a censura imposta por ele. Tive, também, o interesse de saber quais eram as principais formas de resistência, neste caso, a partir da análise do conteúdo de um jornal oposicionista, e, de que forma esse periódico “iludiu” os militares.

Como futura bibliotecária, atendendo ao compromisso de realizar a recuperação e a disseminação da informação, sinto-me no compromisso de garantir o amplo acesso a essa informação e uma maior compreensão deste período, sendo que o levantamento destas constatações são de grande importância para a sociedade, comparadas ao contexto histórico. Os movimentos de resistência provocaram mudanças sociais e políticas e tiveram repercussão para o processo histórico de abertura política no Brasil.

### **3 OBJETIVO**

O objetivo geral é analisar as manifestações da ditadura militar no que se refere à censura e observar de que formas a imprensa conseguiu contrariar o governo, quando se encontrava severamente censurada. E, como objetivos específicos analisar a ação da imprensa durante o regime militar; identificar as ideologias políticas que circulavam no período do golpe militar brasileiro (1964-1985); e, examinar como a censura limitou a circulação de informações junto aos veículos menores da imprensa.

Pretende-se com este trabalho responder a seguinte pergunta: De que forma era apresentada à ditadura militar e a repressão política no jornal porto alegre O Pato Macho?

A partir do assunto proposto é desenvolvido um estudo bibliográfico, com a finalidade de proporcionar a familiaridade com o tema, na qual, são feitas as relações com a ditadura militar, a censura, a informação e a imprensa.

## 4 REVISÃO DE LITERATURA

O objetivo deste ponto do trabalho é abordar os conceitos de informação, ditadura e imprensa e interligá-los à censura, isto, é tarefa fundamental para entender este tema. Também será realizada uma contextualização histórica do regime militar brasileiro, pois a compreensão histórica apresenta-se como fundamental na compreensão do trabalho.

### 4.1 O QUE É INFORMAÇÃO?

A ciência da informação tem origem anglo-saxônica, veio da Biblioteconomia, tendo como objeto de estudo a informação, que era providenciada pelas bibliotecas (universitárias, públicas, especializadas) e até centros de documentação. (LE COADIC, 2004).

A informação para Le Coadic (2004, p. 5), “[ . . . ] é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual, em um suporte.” É, a qualidade da mensagem do emissor enviada para os receptores, na qual, quanto maior a quantidade de informação na mensagem recebida, mais precisa ela será.

Essa informação é transmitida a um ser consciente, por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal, em que, esta inscrição é feita por meio de um sistema de signos (linguagem), signo este que é um elemento da linguagem, em que, se associa um significante a um significado. Sendo que, o objetivo da informação é o conhecimento, e o meio é a transmissão do suporte, temos como exemplo: a informação, a notícia vinculada por um jornal. (LE COADIC, 2004).

A informação possui duas características importantes que assinalam o seu futuro: a explosão quantitativa e a implosão do tempo para a comunicação da informação. Portanto, Le Coadic (2004, p. 5-7) nos informa:

- **A explosão quantitativa da informação:** Com o advento da escrita, a comunicação passou de oral a escrita. Isto teve como consequência, [...] multiplicar a informação [...] e armazená-la, permitindo assim exteriorizar, primeiramente nas bibliotecas, uma das funções do cérebro, que é a memória. Essas operações de multiplicação e armazenamento explicam boa parte do que se costumou chamar de explosão da informação (mais exatamente explosão da quantidade de informações).
- **A implosão do tempo de comunicação da informação:** Não há mais distância que seja obstáculo à velocidade, nenhuma fronteira detém a informação. [...] Os sistemas eletrônicos encurtam o tempo necessário à execução das tarefas de busca e processamento da informação. Segue-se uma contração rápida do tempo necessário para coletar, tratar e utilizar a informação na tomada de decisões.

Existiram na sociedade várias maneiras de conseguir informações, que foram colocadas em prática, através dos tempos, como formas de manter a dominação, tipo questionários, informantes infiltrados na sociedade, e a própria população manipulada para dar informações aos poderosos, sobre as vidas alheias, em troca de benefícios pessoais.

A Igreja Católica foi a primeira a utilizar este tipo de processo de dominação ainda no período medieval. O clero era o único que sabia ler e a população só tinha como fonte de informação o que era fornecido por ela, e as pessoas que quisessem mais informações eram taxadas de hereges e condenadas à fogueira. As classes feudais dominantes, também, se reservavam o direito de resguardar da burguesia nascente as informações confidenciais não-públicas, logo a aristocracia cultivava sua própria rede de informações.

O modelo da igreja foi adaptado para os serviços do Estado, que se interessavam pelo domínio da população, pois, estas informações serviam para garantir o poder do governante. O outro modelo usado e estimulado pelo Estado foi às denúncias, em que as pessoas que denunciavam a desobediência de outra, diante do sistema, eram recompensadas, na qual, o governo conseguia o que queria e permanecia sempre no comando.

A acessibilidade da informação, por meio de jornais impressos era outra forma de “iludir”, pois a população acreditando ter acesso à informação real, a estava recebendo totalmente manipulada, prestigiando apenas as informações do interesse do governo.

Compreende-se que ao analisar a história da humanidade, observamos que quem detém o poder contém a informação, esse, é um direito social que pertence aos cidadãos, e todos têm o direito de receber a informação que necessitam. Carneiro (2002, p. 12) nos afirma que: “A informação é tudo para o homem. Ela explica o passado, soletra o presente e faz prever o futuro. Chega ao homem pelos sentidos. Ele vê, cheira, toca, gosta (ou não) e ouve a informação”.

No período do regime militar de 64 a 85, os militares tinham ampla preocupação com o setor de informação, pois a manipulavam. O direito de informação verdadeira era negado aos cidadãos comuns, só era vinculada a população a versão governamental.

Conforme Pereira (1979, p. 25):

Os ideólogos da burguesia manejavam para seus fins conceitos de “liberdade de imprensa”, “objetividade jornalística” e “direito à informação”, que são negados reiteradamente na prática, já que a liberdade que defendem é a dos exploradores, sua objetividade é tendenciosa e mal intencionada para reformar e manipular a informação e o suposto direito à informação se circunscrevem à informação que convém aos interesses financeiros e de classe das minorias ocultando tudo aquilo que prejudica ou lesa esses interesse.

Os militares procuravam informar-se a respeito das pessoas, e usavam vários órgãos de repressão para conseguir esta informação. Tinham como objetivo uma vigilância “feroz” sobre todos os setores da sociedade, principalmente, os meios de comunicação, necessitavam detectar e punir toda e qualquer tentativa de subversão contra o regime. A preocupação constante era o tipo de informação que seria veiculada, pois tornava-se essencial o controle da informação que ia ser publicada. SMITH (2000, p.15) diz que:



Encarava-se como necessário o controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passa, inclusive, pela negação de visibilidade, ao leitor, de suas próprias condições de vida.

É evidente que em períodos autoritários a informação é mantida no poder do Estado. Com isso, fica mais difícil que ela chegue às mãos dos interessados e, uma vez disponibilizada, não podemos avaliar sua fidedignidade e correção, sendo que quem detém a informação reluta em cedê-la, para manter o poder originado de sua posse.

## 4.2 A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Ditadura militar é o período da política brasileira em que os militares governaram o Brasil, no período de 1964 a 1985, distinguiu-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar.

### 4.2.1 A Origem do Regime Militar

O Brasil, com a transferência da corte portuguesa para o país, deixou de ser colônia, na qual, estabeleceu um império com regime monárquico e conservador.

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, no início do século, fornecera o aparato institucional de um reino, e a habilidade política da elite colonial ganhara para a causa da independência a figura do jovem príncipe D. Pedro, permitindo que a transição brasileira se desse da forma mais conservadora possível. De pai para filho, mantinha-se a mesma dinastia e o regime monárquico centralizado. (PESAVENTO, 1994, p. 9)

O primeiro reinado e a regência foram marcados, por lutas, pelos esforços de afirmação da hegemonia da corte do Rio de Janeiro sobre as províncias. Com a coroação de um príncipe adolescente, no Segundo Reinado, a corte sufocou todos os movimentos provinciais que queriam maior autonomia, iniciava-se a *pax imperial*, com a superioridade da corte do RJ sobre as províncias revoltosas.

Quando teve início o Segundo Reinado, em 1840, com a coroação de um imperador adolescente, aos 15 anos incompletos, o Centro já conseguira sufocar todos os movimentos provinciais que postulavam maior autonomia e/ou separação. Tinha início a *pax imperial*, com a supremacia do Rio de Janeiro sobre o país. (PESAVENTO, 1994, p. 10)

Neste contexto, os barões do café faziam acordos com os senhores da elite e proprietários de terras e de escravos. Um dos acordos feitos foi o sistema dual-partidário, em que, era permitido o revezamento de conservadores e liberais no poder. Esta forma de acordo mantinha o povo à margem do processo político, por meio de um sistema eleitoral que só podia ser votado e votar os cidadãos com determinada renda. Estavam assim criadas as bases de uma Monarquia agrária e escravista erguida sobre o trabalho dos escravos, em que, a elite, exportava para a Europa gêneros tropicais e consumia produtos estrangeiros.

Na segunda metade do século XIX, o sistema capitalista que se consolidava exigia a transformação das condições de um sistema escravista para um sistema capitalista, determinava que todas as nações redefiniram seus conceitos, considerando a chegada da fábrica moderna, produção mecanizada e a aplicação da ciência e da tecnologia.

No decorrer do século XIX, o sistema capitalista, que se constituía em nível mundial, transformava-se no sentido de subverter as condições de produção vigentes no mundo que a ele se integrava. Vencida uma fase de acumulação primitiva, a vitória da fábrica moderna, da produção mecanizada e da aplicação da ciência à tecnologia, impunha redefinições em escala internacional. (PESAVENTO, 1994, p. 11)

A consolidação do capitalismo veio com a exigência da eliminação do trabalho servil, na qual, a Inglaterra primeiro país capitalista, condenou o tráfico de escravos no mundo.

Seja para ampliar o mercado consumidor em nível mundial, seja para uniformizar os custos de produção em escala internacional, uma vez que o uso de escravos era “mais barato” que o emprego de trabalhadores assalariados, desencadeou-se uma campanha contra a escravidão. A Inglaterra, nação pioneira do desenvolvimento capitalista, liderou a condenação do tráfico negreiro no mundo. (PESAVENTO, 1994, p. 11)

O Brasil imperial possuía fortes relações de comércio com a Europa, principalmente, com a Inglaterra, entretanto, o país continuava escravista, mas mediante pressões diplomáticas, impostas pela Inglaterra, teve que ceder e, em 1850, extinguiu-se o tráfico de escravos, através da lei Eusébio de Queiroz.

Ora, o Brasil imperial, nação onde a Inglaterra possuía sólidos interesses econômicos, mantinha-se escravista e possuía vultosos capitais aplicados no tráfico. Combinando pressões diplomáticas com uma atitude agressiva contra o navios negreiros, Inglaterra forçou o Brasil a extinguir o tráfico em 1850, mediante a Lei Eusébio de Queiroz. (PESAVENTO, 1994, p. 11)

O país era na época o principal fornecedor de café, mas, com o fim do tráfico ocorreu o problema da mão-de-obra. Os latifundiários necessitavam de trabalhadores que não gerassem custos e garantisse a expansão da cafeicultura, os proprietários tiveram como solução a vinda dos imigrantes.

Desta forma, na segunda metade do século XIX, o principal problema que se apresentava para os exportadores brasileiros era encontrar uma mão-de-obra abundante e barata que garantisse as condições de expansão da cafeicultura, ameaçada com a cessação do tráfico. A solução encontrada

para a “crise de braços” que se abatia sobre o Brasil foi à vinda de trabalhadores livres estrangeiros para a lavoura do café. A entrada renovada de imigrantes, [...]. (PESAVENTO, 1994, p.12)

Os imigrantes se tornaram a força de trabalho preferencial nas lavouras na metade do século XIX, não era de imediato, trabalhadores assalariados monetariamente, mas tinham outras formas de pagamento, como: o direito a moradia, e o cultivo da terra para subsistência das famílias. O custo da mão-de-obra era mínimo para o proprietário de terras, pois, o governo subsidiava a vinda de imigrantes para o país. O custo de reposição da força de trabalho ficava por conta do trabalhador imigrante, que deveria prover sua subsistência. Neste momento, o trabalho braçal não era mais considerado degradante, mas, enobrecedor, construtor da riqueza e ligado ao progresso.

Todo esse processo, que teve o seu núcleo fundamental de ação na zona cafeeira paulista, foi acompanhado pela difusão de novos valores e concepções. Na transição do sistema escravista para aquele baseado na força de trabalho livre, propagava-se a ideologia do progresso, da mobilidade social e da riqueza. O trabalho braçal não era mais encarado como atividade pertinente aos negros e como tal degradado pelo estigma da escravidão. Era agora visto como enobrecedor construtor da riqueza e associado ao progresso. (PESAVENTO, 1994, p. 14)

Por esta razão, “[ . . . ] os conceitos de progresso e civilização, ligados à nova moral do trabalho, ajustados aos interesses do capital emergente, foram associados, de maneira inequívoca à idéia da República” (PESAVENTO, 1994, p. 14). Em 15 de novembro de 1887 caiu o regime monárquico e instalou-se a República mediante um golpe militar, que teve apoio de diversos setores da sociedade: a burguesia agrária, camadas médias urbanas emergentes e oficiais do Exército.

O movimento republicano ganhava força, com a convergência de vários interesses sociais: uma burguesia agrária que se consolidava e que via na reformulação do sistema político uma forma de melhor encaminhamento institucional de seus interesses; camadas médias urbanas emergentes que

visualizavam na nova proposta possibilidades de ascensão social e participação política; oficiais do Exército imbuídos da idéia de que o regime republicano revalorizaria a corporação militar, redefinindo seu papel de guardiães das instituições políticas. (PESAVENTO, 1994, p.19)

O regime republicano iniciou com inflação e instabilidade política, era uma economia que exigia a remuneração dos trabalhadores. A constituição de 1891 estabelecia a soberania dos grandes estados eleitores e o voto a descoberto, na qual, os votos dos municípios, eram garantidos, pelos coronéis, por meio do “coronelismo”, que era uma estrutura de “mandonismo” local, onde os proprietários de terras mantinham os camponeses sob controle.

Neste período, não havia a legislação social e o Estado não controlava o mercado de trabalho, ele, apenas, intervinha nas fábricas quando fosse solicitado pelos empresários. Conforme Pesavento (1994, p. 34): “Competia ao Estado, zelando pela ordem, intervir quando fosse necessário, por solicitação dos empresários, nas ocasiões em que não fosse possível controlar o conflito.”.

Os empresários faziam práticas assistenciais tais como: construção de escolas e vilas operárias próximo às fábricas, na qual, levadas a efeito eram recebidas como lucrativas pelos operários, pois ainda, não existia a legislação trabalhista, e, essas medidas constituíam um atrativo para os trabalhadores.

Numa fase em que inexistiam a legislação social e a intervenção do Estado no mercado de trabalho, tais práticas eram recebidas como vantagens para os operários e constituíam um chamariz para atrair trabalhadores para esta ou aquela empresa. (PESAVENTO, 1994, p. 34)

Entretanto, o uso desses artifícios não foi suficiente para atenuar as duras condições de trabalho, os maus tratos impostos pelas fábricas, os baixos salários e as longas jornadas de trabalho, motivaram o surgimento de greves na primeira República. Pesavento (1994, p. 34) afirma que: “Se os trabalhadores do campo se encontravam sob a sólida tutela dos coronéis, na cidade os trabalhadores das fábricas ameaçavam a ordem e o progresso da República burguesa.”

#### 4.2.2 O Estado Autoritário

Jânio Quadros sucedeu Juscelino Kubitschek na presidência, no dia 31 de janeiro de 1961, foi eleito através de uma coligação partidária, da adesão das massas populares, das classes médias e o apoio do setor agro-exportador. O presidente apresentava-se como um anticandidato que combinou a agressividade de seu discurso com atitudes inesperadas de sua personalidade. Jânio Quadros se identificava com o povo e prometeu varrer com a sua “vassoura” os desleixos administrativos e políticos do país, defendeu a iniciativa privada, e, a sua “bandeira” na campanha foi à defesa da moral e dos bons costumes.

Jânio Quadros, num estilo personalista e muito próprio apresentava-se como o anticandidato, acima, dos partidos políticos, combinando um discurso agressivo com um tipo exótico e atitudes inesperadas. Era um candidato com “cara de povo” que prometia varrer com sua vassoura os desmazelos administrativos e políticos do país, que defendia a iniciativa privada e prometia uma ordem social mais justa. Jânio fez da moralização nacional o carro-chefe de sua campanha. (PESAVENTO, 1994, p. 64)

Jânio revelou que, no seu plano de governo, realizaria uma política externa independente entre os blocos, e na política interna anunciou o ataque à corrupção. A sua inesperada renúncia, em 1961, encerrava um contraditório governo.

No plano externo, proclamou realizar uma política independente entre os blocos. Na política interna, Jânio notabilizou-se pelo ataque à corrupção, pela prática de governar através de “bilhetinhos” e por atitudes esdrúxulas, como a proibição do biquíni nas praias, das rinhas de galo ou lança-perfume no carnaval... (PESAVENTO, 1994, p. 64)

Havia uma crise política no Brasil, que se arrastava desde a renúncia do presidente Jânio Quadros, o vice de Jânio, João Goulart assumia a presidência num

clima político desfavorável, na qual, só poderia assumir mediante um parlamento. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, com o apoio do comandante do III Exército, pronunciou o movimento da legalidade em defesa da posse de Jango. O impacto de uma crise econômica e social com uma inflação crescente e surtos de greves fez com que o povo manifestasse uma campanha pelo plebiscito, na qual, queria a volta do presidencialismo, e em 1963, o Brasil voltou a ter um presidente da República conferindo, assim, maiores poderes a ele.

Os anos de 1962, 1963 e 1964 foram marcados pelo rápido crescimento das lutas populares. A aceleração da luta por reformas estruturais ocorreu a partir do momento em que Goulart conseguiu, por meio de um plebiscito que lhe deu esmagadora maioria, derrubar o parlamentarismo impingido pelos militares. (CARDEAL ARNS, 1987, p. 57)

O governo de João Goulart implantou o Plano Trienal, que combinava o controle da inflação com investimentos na indústria; eliminação das desigualdades regionais e setoriais; desconcentração da renda reduzindo o custo social do desenvolvimento e a implantação de reformas de base, como a reforma agrária. A reforma agrária prejudicava os interesses dos latifundiários que eram contra a política do governo, considerada política de esquerda. Havia, neste momento, a formação de Ligas Camponesas que davam prejuízos aos proprietários de terras, e constantemente, o seu poder era contestado e ameaçado.

A reforma agrária feria fundo os interesses dos latifundiários, que se sentiam mais ameaçados frente ao extrapolar da política de massas para o campo. A formação de Ligas Camponesas no Nordeste começava a pôr em xeque o secular domínio do latifúndio. (PESAVENTO, 1994, p. 67)

Nas cidades, a burguesia e as classes médias olhavam com temor as tendências de esquerda, do governo, que extrapolavam do movimento operário para outras instâncias da sociedade civil. A sociedade brasileira e a política viram o surgimento de grupos de direita, eles, tinham o apoio dos EUA, que viam com receio

o avanço comunista no país, como também, a quebra de hierarquia e indisciplina, nas Forças Armadas. O apoio do governo aos sindicatos aos movimentos populares e aos grupos de esquerda fez com que as classes dominantes se afastassem definitivamente do governo, com isso, foram dadas as condições para a articulação de um golpe militar com fundamentação dos setores significativos da sociedade civil (os empresários, os banqueiros, a Igreja Católica, militares e classe média alta).

Praticamente toda a classe média e setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos estavam ganhos pela propaganda anticomunista. Seus principais veículos foram os organismos financiados pelos Estados Unidos, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e a Igreja Católica, especialmente sua hierarquia, que se une à agitação contra o governo, amparada pela grande imprensa, e enseja as célebres “marchas da família, com Deus, pela liberdade”. (CARDEAL ARNS, 1987, p. 59)

#### 4.2.3 O Aparelho Repressivo e suas Leis

A conspiração militar, favorecida pelos EUA, foi armada dentro da Escola Superior de Guerra, quando do comício de 13 de março, em que, o presidente anunciou a implantação das reformas de base, com isso, principiou-se o golpe militar, em 31 de março de 1964, na qual caía a democracia populista.

A disposição de ajuda dos norte-americanos representou o último sinal para que os generais interessados em derrubar o presidente passassem à ação. São evidências dessa ajuda as armas oferecidas pelo então coronel Vernon Walters [ . . . ]. (CARDEAL ARNS, 1987, p. 58)

Segundo o Cardeal Arns (1987, p. 59): “Em 1º de abril de 1964, é vitoriosa a ação golpista, praticamente sem resistência.” Inaugurou-se no Brasil, mediante a revolução de 64, um período autoritário de governo. Com a fuga do presidente Jango para o Uruguai, os militares tiveram que assumir o controle do país, e, por



causa desse fato, foi composta uma Junta Militar pelos ministros das três Armas. Conforme Moraes (2004, p. 67-68), os militares: “Após o golpe de abril de 1964, a Junta Militar prometia ‘restaurar as instituições ameaçadas pelo comunismo internacional e pela corrupção dos políticos profissionais’ e, em seguida, devolver o poder aos civis”.

Contudo, o poder “subiu a cabeça”, dos militares e ficou difícil, para o governo, se desfazer dele. Neste momento, foi instituída a primeira medida, o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que permitiu ao Executivo o direito de cassar mandatos, extinguir direitos políticos de pessoas julgadas subversivas e a decretação do estado de sítio sem a aprovação do parlamento. O AI-1 marcou as eleições presidenciais diretas para 1965, e iniciava-se o primeiro governo militar que combatia, explicitamente, o comunismo.

O Ato Institucional de 9 de abril, que deveria ser único e acabou sendo o primeiro de uma série, editado seis dias antes da posse do general Castelo Branco, deixou bem claro: “A Revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma” [...] Foi implantado, em junho, o Serviço Nacional de Informações, cujo poder misterioso cresceria sem interrupção nos anos seguintes. (CARDEAL ARNS, 1987, p. 61)

O governo ditatorial decretou em 27 de outubro de 1964 o Ato Institucional nº 2 (AI-2) que teve como função acabar com os partidos políticos no Brasil, e instalar o bipartidarismo. As forças de oposição ao governo formaram o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e o situacionismo reuniu-se formando a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e, neste ínterim, foi decretado o fechamento do Congresso Nacional.

[ . . . ], o governo edita o Ato Institucional nº 2, em outubro de 1964, que acaba com todos os partidos políticos e permite ao Executivo fechar o Congresso Nacional quando bem entender; torna indiretas as eleições para presidente da República e estende aos civis a abrangência da Justiça Militar. “Não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará”, afirma-se na introdução do AI-2. (CARDEAL ARNS, 1987, p. 61)

Há cinco de dezembro de 1966, com a seqüência de atos autoritários, o governo decretou o Ato Institucional nº 3 (AI-3) que determinou eleições indiretas para governador dos estados, encaminharam eleições indiretas para presidente, anunciou um tribunal militar para o julgamento de civis, a ampliação do estado de sítio, e a concessão do direito de exploração dos minérios brasileiros pelas companhias estrangeiras. Como o MDB não quis participar das eleições indiretas para presidente, em 1966, fez com que o candidato da ARENA, general Artur Costa e Silva, fosse o presidente eleito pelo Congresso.

Com a posse de Costa e Silva, em março de 1967, o Brasil ganha uma nova Lei de Segurança Nacional e uma Lei de Imprensa, que chega a estabelecer a infalibilidade do presidente da República e de alguns altos mandatários do regime. (CARDEAL ARNS, 1987, p. 62)

A nova constituição estabelecida pelo Congresso em 1967, recebeu críticas dos dois partidos, que pediam eleições diretas para a presidência e não concordavam com a tirania imposta pelo exército, tudo feito, sem o consentimento do parlamento. Explodiam descontentamentos por toda à parte do país, surgiam greves e passeatas que acabavam gerando tumulto e violência. O governo mostrava-se intransigente com as críticas e no dia 13 de dezembro de 1969, reagiu, violentamente, decretando o Ato Institucional nº 5 e o Ato Complementar número 28. Com este último ato, decretou o recesso do Congresso e aumentou os poderes do governo. O AI-5 ordenou o recesso do parlamento, intervenção nos estados, extinção das garantias e direitos em geral, impediu o exercício de funções, instituiu demissões e remoções de funcionários, confisco de bens e a suspensão do direito de habeas corpus. Esse foi o ato mais devastador que assolou o país, determinou modificações e uma das determinações mais importantes e violentas foi, conforme Aquino (1999) “- Impor a censura prévia para jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas.”

No Brasil ocorreram fatos que foram úteis para as Forças Armadas que desencadearam este último ato repressivo. Aconteceram muitas denúncias, o crescimento dos atritos de rua e o surgimento de grupos de oposição armada, que,

acabaram justificando a sua ação, pois, o governo mostrou que os canais institucionais seriam incapazes de enfrentar o poder ditatorial.

O resultado de todo esse arsenal de Atos, decretos, cassações e proibições foi à paralisação quase completa do movimento popular de denúncia, resistência e reivindicação, restando praticamente uma única forma de oposição: clandestina. (CARDEAL ARNS, 1987, p. 62)

#### 4.2.4 Repressão e a Abertura

O general Artur da Costa e Silva, eleito em três de outubro de 1966, principiou a governar em meio a movimentos contrários ao regime. Herdou as diretrizes descritas pelo Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), reduziu os gastos públicos, cortou programas de investimentos, apertou o crédito e arrochou os salários, fez com que os empresários reivindicassem a retomada do desenvolvimento econômico.

O Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) retomado pelo governo ampliou o crédito, tabelou os juros e ao controlar os preços, obteve resultados no crescimento econômico, promovido pela indústria. Foram eliminadas as barreiras de importação de tecnologia na qual houve facilidades de crédito para a compra de bens de consumo duráveis produzidos no país. O “boom” industrial sucedeu o da construção, mediante o emprego dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado para o Banco Nacional de Habitação (BNH). Na política cambial, o governo permaneceu com a minidesvalorização da moeda nacional com a intenção de proteger as exportações.

Com os recursos da recém-criada Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), e de um dinâmico sistema de open market, o governo retornou os investimentos. O capitalismo brasileiro na sua fase do desenvolvimento revelava apoiar-se sobre o tripé estado-grandes empresas nacionais - capital multinacional. (PESAVENTO, 1994, p. 73)

O presidente Costa e Silva deixou para o seu sucessor um Governo com instrumentos poderosos no controle da sociedade, entretanto, com a doença do presidente, o Executivo foi substituído por uma Junta Militar, que outorgou à nação uma nova constituição, na qual, houve eleições diretas para os governos estaduais, em 74. As Forças Armadas, por meio do Congresso, escolheram, para presidente, o general Emilio Garrastazu Médici.

Sob o lema 'Segurança e Desenvolvimento', Médici dá início, em 30 de outubro de 1969, ao governo que representará o período mais absoluto de repressão, violência e supressão das liberdades civis de nossa história republicana. Desenvolve-se um aparato de "órgãos de segurança", com características de poder autônomo, que levará aos cárceres políticos milhares de cidadãos, transformando a tortura e o assassinato numa tortura.(CARDEAL ARNS, 1987, p. 63)

A economia do Brasil achava-se em fase de desenvolvimento acelerado, na qual, o capital estrangeiro encontrava condições para estender as atividades, e a indústria nacional era estimulada. O governo Médici mediante uma política de desvalorização da moeda, incentivos fiscais e de crédito, estimulou as exportações, com os rendimentos adquiridos no país. Garantiu-se a aquisição de máquinas para a indústria, que era o setor mais importante do milagre econômico brasileiro. Todos os seus ramos se encontravam em expansão, bens de consumo duráveis, bens intermediários e bens de consumo não-duráveis. Estádios de futebol, pontes, estradas, viadutos, projetos faraônicos e, a entrada de grandes complexos industriais estrangeiros dava nova forma a aparência do país do milagre.

[ . . . ], o país vive a fase do "milagre econômico", dos projetos de impacto e das obras faraônicas, como a ponte Rio-Niterói e a Rodovia Transamazônica, num clima de ufanismo insuflado pela propaganda oficial, com a imprensa amordaçada pela censura. (CARDEAL ARNS, 1987, p. 63)

No entanto, mesmo com o programa econômico, a censura à imprensa e as limitações impostas continuavam. A esquerda preferia a luta armada, e as atividades

de guerrilha aconteciam nos campos e nas cidades, o governo reagia, violentamente, por meio, da repressão com torturas, prisões, etc. E, neste contexto, o governo, alterou a constituição de 74, e foi determinado que houvesse eleições indiretas para governadores e vice governadores.

Segundo o Cardeal Arns (1987, p. 63): “Até o final do mandato de Médici, seguirá crescendo a imagem do Brasil no exterior como um país de torturas, perseguições, exílios e cassações.” Em 15 de março encerrou-se o governo Médice, que ocorreu em meio á crise internacional do petróleo, ocasionando o fim da era do milagre econômico brasileiro.

O general Ernesto Geisel ocupou o lugar de Médici, seu governo, marcou o fim da “linha dura”. A palavra de ordem, do governo, foi à formação de uma “abertura lenta e gradual”, em que, as metas do desenvolvimento, adaptou o país para uma nova crise internacional a de energia. A combinação de medidas democráticas com atos arbitrários fez com que a sociedade brasileira voltasse a se agitar revelando o fim da ditadura militar.

No plano político, a palavra de ordem seria “distensão” e a formação de uma “abertura lenta e gradual”, enquanto que, no plano econômico, o espírito do milagre cedia lugar a uma preocupação de corrigir os rumos do desenvolvimento, adaptando o país à crise internacional de energia. (PESAVENTO, 1994, p. 75)

Neste período, a inflação estava alta, era difícil manter o seu controle, o endividamento externo crescia, todavia, o Brasil diminuiu a sua dependência dos Estados Unidos, por meio, da diversificação dos seus credores externos. O III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), criado em 1974, tentou atingir a auto-suficiência do país em insumos básicos e bens de capital, e abriu-se a exploração do petróleo para as empresas estrangeiras, mediante contratos com a Petrobrás.

Os acordos nucleares com a Alemanha visavam à instalação de indústrias atômicas no país e, na sua meta de possibilitar à nação maiores fontes internas substitutivas de energia importada, o governo abriu a exploração do

petróleo às empresas estrangeiras, mediante contratos de risco com a Petrobrás. (PESAVENTO, 1994, p. 76)

O MDB cresceu nas eleições de 1974, entretanto, o governo desejava a ascensão da ARENA. Mantiveram-se as eleições indiretas para governador e vice e nasceu a figura do senador biônico, escolhido indiretamente. A Lei Falcão restringiu o acesso dos candidatos à televisão e ao rádio, reduziu sua participação a uma foto e um currículo, no entanto, com todas essas medidas, o MDB, nas eleições parlamentares de 1978, teve vitórias importantes.

O governo continuou a usar o AI-5, justificou-se dizendo que era preciso defender o regime em épocas de crise mediante as “salvaguardas constitucionais”. Entretanto, o ano de 1978 definiu os rumos da abertura política, surgiram os movimentos sociais de contradição, e, as greves no ABC paulista, criaram-se novas lideranças, como o metalúrgico Luis Inácio da Silva, vulgo Lula.

A sucessão de Geisel se deu pela indicação do general João Batista Figueiredo, a 15 de março de 1979, iniciando o fim da tortura política aos presos e a extinção do AI-5, ocorrida em 1º de janeiro de 1979. O presidente Figueiredo iniciou a redemocratização, aprovando a Lei da Anistia e o indulto de Natal com a libertação de presos políticos. A anistia não era total, mas permitiu à volta de vários políticos exilados, como Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes, etc. e, no mesmo ano de 79, o congresso aprovou a reforma partidária, terminando o bipartidarismo. Pesavento (1994, p. 77) nos coloca que: “Sob o signo da abertura, o controvertido presidente Figueiredo encaminharia as medidas complementares para a redemocratização.” Em novembro de 1979, o congresso aprovava a reforma partidária, extinguindo o bipartidarismo no Brasil, que se expressava através da ARENA e do MDB. (PESAVENTO, 1994, p. 79)

A criação de novos partidos começou na década de 80. O partido de ARENA constituiu o Partido Democrático Social (PDS), como a grande força governista e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), tornaram-se um partido de oposição. Ivete Vargas ficou com a sigla do PTB, Leonel Brizola criou o Partido Democrático Brasileiro (PDT), o Lula (Luis Inácio Lula da Silva) criou o Partido dos Trabalhadores (PT) e Tancredo Neves criou o Partido Popular (PP). O congresso, no final de 1980, determinou eleições diretas para o governo dos estados, e em 1983, sob a liderança do deputado federal Ulysses Guimarães, do PMDB, iniciou o

movimento das “Diretas já” para presidente. O PMDB tinha a intenção de disputar a sucessão presidencial do general Figueiredo tendo o apoio de todas as forças de oposição ao governo. Contudo, o Congresso decidiu, por meio de eleições indiretas, apenas, por dois nomes, para a presidência: Paulo Maluf do PDS e Tancredo Neves do PFL, tendo como vice José Sarney.

O impasse seria, pois, decidido via eleição indireta no Congresso, através do choque de dois nomes. Enquanto a maioria do PDS fechou em torno do nome de Paulo Maluf com o candidato do partido à sucessão do general Figueiredo, um grupo retirou-se da agremiação governista, formando o Partido da Frente Liberal (PFL), que aderiu à candidatura de Tancredo Neves proposta pela oposição. Uma nova articulação se montou, aceitando a figura de José Sarney, ex-político do PDS, para vice de Tancredo. (PESAVENTO, 1994, p. 81)

A chapa de oposição articulada por Tancredo Neves apresentou propostas de transição democrática, e em janeiro de 1985, o Congresso Nacional deu a vitória a Tancredo Neves e José Sarney. Terminava o período militar, contudo, a Nova República se iniciou com perturbações, a doença e a morte do presidente eleito, fez com que o vice José Sarney assumisse a presidência da República.

As grandes movimentações da sociedade civil, greves, avanços e recuos de coligações partidárias para o governo dos estados e escândalos financeiros e políticos e metas para controlar a inflação, foram dados da realidade brasileira, que herdou o presidente ao assumir o país.

A censura e a repressão no Brasil é um fato que, sempre, esteve presente na sociedade, desde a origem da colonização, iniciado antes mesmo do país se constituir como nação brasileira.

## 4.3 IMPRENSA

O período de regime militar foi o mais terrível em relação à liberdade de imprensa, entretanto, este período foi o mais brilhante, no que diz respeito, à criatividade em relação à música, ao teatro e, principalmente, à imprensa. Associaram-se com suas forças inventivas ao engajamento político, reagindo “por baixo dos panos” contra a repressão e a censura que infestava o país.

O regime empregou muitos recursos além da censura direta nas tentativas de controlar a imprensa. O governo militar nunca negou a liberdade de imprensa, porém na prática, impediu-a de utilizar essa liberdade. Segundo Smith (2000, p. 73) nos informa que:

As medidas para restringir e disciplinar a imprensa eram utilizadas em todos os níveis do regime. Por um lado, o antagonismo à imprensa parecia tão generalizado no regime que a perseguição era a orientação geral. Por outro, havia também indícios da elaboração de estratégias ocultas para controlar a imprensa de maneira despercebida. As decisões a respeito dessas práticas eram tomadas no mais alto nível.

Na ditadura a imprensa era vulnerável, não apenas na parte financeira e profissional, mas também, em termos da segurança pessoal de seus funcionários.

### 4.3.1 A Grande Imprensa e a Imprensa Alternativa

A imprensa brasileira, neste período, era muito diversificada, contudo possuía duas grandes categorias: a Grande Imprensa e a Imprensa Alternativa.



#### 4.3.1.1 A Grande Imprensa

A grande imprensa era bem mais sucedida comercialmente abrangia os diários tradicionais das principais cidades. Smith (2000, p. 74) nos fala que:

A maioria dos jornais da Grande Imprensa do período da Ditadura Militar, como O Globo e Jornal do Brasil, já tinha passado por reformas gráficas e editoriais, que os inseriram na técnica do jornalismo americano, de priorização da objetividade e da imparcialidade.

Neste contexto, a grande mídia se deixava ser manipulada pelos poderosos, por receio, não questionava e nem criticava os abusos de poder dos militares.

Os jornais que permaneceram ativos na resistência não só ao regime, mas a uma moral, a uma carta de costumes elitistas, constituída e outorgada por determinada classe social, dedicaram-se a um refinado trabalho de explicar os fatos através de linguagens indiretas. (STRELOW, 2004, p. 2).

Possuía uma linguagem manipulada, ficando a informação cerceada pela censura.

Pressionada pela censura, a imprensa alternativa surgiu, pois, a grande imprensa proporcionou o afastamento de grandes profissionais. Porque, de instrumento de esclarecimento, ela se tornou um instrumento de alienação, fugindo de seus propósitos.

#### 4.3.1.2 A Imprensa Alternativa

É no auge da repressão política, que surge a imprensa alternativa, imprensa nanica ou imprensa de resistência. Segundo Rosa (2005, p. 2), esses jornais: “São chamados de alternativos, porque a terminologia – alternativo – remete à idéia de resistência contra cultural em sentido amplo, ao que não está ligado às políticas dominantes e, também, a uma saída para uma situação difícil.” A invenção da imprensa alternativa, também, tem origem nos pasquins do período regencial e nos jornais anarquistas publicados pelos operários, no final do século XIX.

Foi à novidade jornalística do período da ditadura, que uniu o útil das idéias da esquerda ao agradável desejo de se criar formas diferentes de fazer jornalismo. Smith (2000, p. 5) nos afirma:

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizarem as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa. É na dupla oposição ao regime representado pelos militares e às limitações à articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos.

Existiram duas correntes, predominantes, de jornais alternativos, os que beneficiavam o discurso político, na qual, não faziam o uso das entrelinhas, publicavam matérias diretas, revelando os desmandos do regime. E, os que, cansados do discurso ideológico atacavam o autoritarismo mediante as críticas que recaíam sobre os costumes e o moralismo da elite.

A imprensa de resistência possuía como objetivos criticar o modelo econômico, político, e a ditadura, lutar por mudanças, criticar o capitalismo e o imperialismo e ter um espaço público alternativo. Os jornais alternativos foram os únicos da imprensa a perceber e a anunciar os desmandos exagerados por parte do regime e a se preocupar com a dívida externa que, já, envolvia o país.

Culturais, políticos, humorísticos, literários, todos sofreram e foram vigiados pelo regime. Ocorreram sanções econômicas, entretanto, o que abalou mais as estruturas desses pequenos jornais foi os “atentados a bombas” que aconteceram

em suas redações. Isso acabou por desestruturar a imprensa e muitos deles não conseguiram reerguer-se após os atentados. Conforme Rosa (2005, p. 4): “A atuação terrorista dos órgãos de segurança, nesses casos, acabou sendo mais eficaz que a própria censura”.

O surgimento da imprensa alternativa se atribuiu a um vazio na Grande Imprensa, que não reagia por causa da censura imposta, e era conservadora o suficiente para não se atrever a estabelecer mudanças no estilo jornalístico.

#### 4.3.2 O Controle da Censura sobre a Imprensa

A imprensa, no regime ditatorial, estava vulnerável, na parte financeira e profissional, mas, principalmente, na segurança pessoal. Muitos jornalistas eram perseguidos, perdiam os seus empregos e eram cassados para serem interrogados, sendo que, muitos sofriam torturas ou eram mortos pelo regime.

Os militares tiveram grande preocupação com o setor de informações, procuravam informar-se a respeito da sociedade, usando, para isso, órgãos de repressão. Os órgãos repressivos tinham como objetivo uma vigilância “feroz” sobre todos os setores da sociedade, tendo como princípio detectar e punir toda e qualquer tentativa de subversão contra o regime ditatorial.

A preocupação dos militares era a informação que seria vinculada aos cidadãos, por que para o governo, tornava-se necessário o controle da informação que deveria ser publicada. Smith (2000, p. 15) diz que:

Encarava-se como necessário o controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passa, inclusive, pela negação de visibilidade, ao leitor, de suas próprias condições de vida.

Nessa época, nada era mais subversivo para o governo, do que o povo, perceber o que acontecia ao seu redor.

As quatro formas de opressão que influenciaram diretamente sobre a mensagem, que tiveram sua influência entre os grandes jornais e entre os jornais alternativos, segundo Silva (1983, p. 52) foram: Censura Política, Censura Legal, Censura Profissional e a Auto-Censura.

- **Censura Política** – se verificava, por meio, de alguns mecanismos e abrangia desde a intimidação, até a censura prévia e o uso de medidas legais, se institucionalizava, por meio, de leis e decretos.
- **Censura Legal** – era um dos mecanismos da censura política, que acrescentava leis às já existentes, tendo a finalidade de coibir ainda mais os escassos canais de expressão. A legislação se intensificou, a partir da reformulação da Lei de Imprensa, em que, vieram a Lei da Segurança Nacional, o AI-5 e a Censura Prévia.
- **Censura Profissional** - sucedia do “excesso de zelo” de alguns profissionais, que detinham poder decisório nas relações e o exerciam sobre seus colegas, propondo resguardar seus superiores e sua posição na empresa.
- **Auto-censura** – era a anulação parcial ou total da capacidade de expressão, por causa das pressões exercidas. Os atos de violência, a insegurança profissional e pessoal dispuseram o profissional à omissão e a distorção das notícias, e ela aumentava quando há a consciência de que a censura oficial existia, para legitimar uma “intercensura” existente entre o Estado e a Imprensa, que se controlavam mutuamente.

Assim, nesta época, em que, ocorria à abundância informativa, houve, segundo Silva (1983): a repressão política - dado o progressivo controle do poder político; a repressão jurídica - pelo estabelecimento de normas legais que solidificaram uma dada situação; e a repressão cultura I - porque se propunha que o público permanecesse alienado e recebesse uma informação desligada de seu autêntico sentido.

Em relação, a imprensa alternativa, alguns jornais, neste período, nasciam censurados, enquanto, que outros não sofriam censura direta. A censura tratava a imprensa alternativa de forma mais ou menos rigorosa, dependia das características do periódico, em relação ao público-leitor, forma de divulgação, tiragem, etc. Não possuía uma atuação idêntica nos jornais alternativos, sendo que, em alguns jornais teve uma censura política, e, em outros, econômica e pessoal.

#### 4.4 LEI DE IMPRENSA

Em 11 de novembro de 1955 instaurou-se o estado de sítio, que durou um mês e meio e os jornais impressos, com a medida, foram os mais atingidos pelo golpe. No país, foram fixadas normas de censura e a imprensa era obrigada a oferecer uma colaboração ao governo, na qual, a censura deveria ser aplicada pelos próprios jornais sendo responsáveis, os diretores. Entretanto, essa regra seria substituída pela censura prévia, exigindo que cada página impressa pela redação fosse encaminhada ao Ministério de Guerra, para a aprovação, sendo que, a desobediência a esta regra levaria a apreensão da edição.

Pouco depois, a partir do dia 8 de dezembro, essa fórmula seria substituída pela censura prévia, com a exigência de que cada página, após ser “fechada” pela redação, fosse encaminhada ao gabinete do executor do estado de sítio, coronel Orlando Geisel, no Ministério da Guerra, para aprovação. A desobediência a esta última regra levou à apreensão de uma edição do Correio da Manhã, [ . . . ]. (BIROLI, 2004, p. 220-221)

Pouco depois, foi exigido um novo modelo, não precisando mostrar às páginas ao Ministério da Guerra, a existência de um censor em cada redação era imprescindível para manter a ordem. Segundo Biroli (2004, p. 221): “A partir do dia 29 de dezembro foi determinado um novo critério, o da presença de um censor em cada redação, não sendo exigido o encaminhamento da prova das páginas ao Ministério da Guerra.”.

A partir do dia 29 de dezembro foi determinado um novo critério, o da presença de um censor em cada redação, não sendo mais exigido o encaminhamento da prova das páginas ao Ministério da Guerra. (BIROLI, 2004, p. 221)

Ao dar encaminhamento ao Congresso Nacional, no dia 09 de outubro de 1956, do projeto de lei de imprensa elaborado pelo Estado, a mensagem presidencial que ele trazia, destacava a carência de atualização dos direitos e deveres da imprensa em frente às deficiências da lei anterior.

No dia 9 de outubro de 1956, quando foi encaminhado ao Congresso Nacional o projeto de lei imprensa elaborado pelo governo, a mensagem presidencial que o acompanhou expunha da perspectiva do Executivo, sua importância. Reproduzida por alguns jornais e citada muitas vezes durante os debates posteriores, a mensagem de Juscelino Kubitschek ressaltava a necessidade de atualização dos direitos e deveres da imprensa diante dos novos tempos e das alegadas deficiências da lei anterior (nº 2083, de 12/11/1953), [ . . . ]. (BIROLI, 2004, p. 221)

Segundo a mensagem presidencial, a lei de imprensa que se instaurou permitiu que se dominasse a publicação, e o profissional insensato que protestava contra as instituições estabelecidas no texto constitucional. A lei deveria defender a integridade do Estado. Conforme Biroli (2004, p. 222): “Como sintetizava a mensagem, o princípio da ordem pública estaria sendo colocado acima de qualquer outro.”

As reações ao projeto de lei de imprensa de 1956 se fizeram através dos grandes jornais, em que, projetaram em seus discursos à auto-imagem de portadores da função de tornar a política acessível a todos, na qual, o acesso é a informação. Segundo Biroli (2004, p. 230): “O jornalismo teria, nesse sentido, a incrível missão de tornar pública, por excelência à política. Daí ser descrito como atividade necessária à sobrevivência das sociedades modernas, como seus ‘olhos’ e ‘pulmões’, [ . . . ].”.

A Lei de imprensa (52.070/67) foi sancionada em fevereiro de 1967 pelo governo militar, seu objetivo foi impor condições restritivas aos jornalistas, editores e empresas de comunicação, a fim de amordaçá-los estabelecendo à censura prévia, a violenta repressão, a prisão e a tortura para todos os que, tentaram pensar e divulgar idéias de liberdade, e que se colocavam contra aos interesses do regime.

Já se viu que, entre as inúmeras ferramentas legais utilizadas pelo Regime para complementar o campo de repressão garantido pela LSN, ocupou papel de destaque a Lei de Imprensa, de fevereiro de 1967, que cerceava gravemente o direito de informar. (CARDEAL ARNS, 1987, p. 144)

O processo de transição entre a ditadura e a democratização de 1964 a 1984, não conseguiu eliminar de uma só vez a Lei de Imprensa, que apesar de incompatível com a liberdade de expressão, não foi, devidamente, revogada. Somente em 2008 com a manifestação do Supremo Tribunal Federal (STF), conseguiu-se suspender a aplicação de 20 dos 77 artigos da lei de imprensa, sendo que, muitos dos artigos suspensos já eram incompatíveis de serem aplicados em relação à constituição de 1988.

Conforme Pereira (2008, p. 12):

Porém, embora a nítida incompatibilidade, a Lei de Imprensa não foi expressamente revogada, embora os novos fundamentos constitucionais não tivessem recepcionado. Passados mais de 24 anos, do fim do regime ditatorial, somente em 2008, tivemos uma manifestação eficaz do Supremo Tribunal Federal, através de liminar concedida pelo Ministro Castro Ayres Brito, na ADPF 130, ajuizada pelo Partido democrático Trabalhista, suspendendo a aplicação de 20 dos 77 artigos da Lei de Imprensa.

Ao ser revogada parcialmente a lei de imprensa, representa o fim de uma era de repressão e desrespeito ao livre pensamento e a idéia de expressão de um povo.

## 5 O PERIÓDICO O PATO MACHO

No Rio Grande do Sul, principalmente em Porto Alegre, publicou-se mais de vinte jornais alternativos, entre revistas e informativos. (ROSA, 2005).

O jornal *O Pato Macho* surgiu, aproximadamente, aos sete anos da ditadura militar brasileira, juntamente com muitos outros periódicos alternativos de vários tipos: satíricos, de humor, políticos, etc., na qual, todos, tinham oposição ao governo ditatorial. Era inspirado no jornal alternativo O Pasquim – um periódico que circulou no Rio de Janeiro nos anos de 1969 a 1991, tinha um estilo “escrachado” e irreverente, e fazia muitas críticas ao regime militar – entretanto, *O pato*, no seu início estava voltado às críticas dos costumes da sociedade porto-alegrense, somente, com a prisão da equipe de O pasquim que *O Pato* iniciou “timidamente”, o aspecto político do seu jornal.

O periódico aparece, na capital gaúcha, em 14 de abril de 1971, era um jornal semanal, com 23 páginas, seu editor-chefe era Luiz Fernando Veríssimo que possuía como editores: Cói Lopes de Almeida e Cláudio Ferlauto e na redação eram Carlos Nobre, Sérgio Arnaud e Assis Hoffmann. Marçal (2004).

Seus editores há muito tempo, tinham a idéia de publicar um jornal alternativo em Porto Alegre, contudo, em 1970, ao conseguir algum dinheiro para a publicação, que o jornal tomou forma e teve seu início. Sua origem devesse, a um jornal carioca, que circulou no século XIX, chamado Pato Macho. Entretanto, Marçal (2004, p. 193) esclarece:

[ . . . ] o nome do semanário gaúcho havia sido copiado de um outro nascido no Rio de Janeiro no século passado. Só não contou que aquele Pato era monarquista e escravocrata e não tão macho (ou machista?) como deveria ser o seu herdeiro sulino.

O lançamento do jornal foi antecedido por muitas expectativas da sociedade gaúcha, sendo que, a Rádio Continental divulgou o lançamento e fez publicidade para *O Pato*, a emissora era uma das suas principais anunciantes.



Marçal (2004, p. 194) confirma que: “Em 71, animados com o sucesso do Pasquim, jornalistas locais lançaram *O PATO MACHO*, com a mesma idéia (originalmente do Cláudio Ferlauto): a de ser irreverente na medida do possível”. O periódico foi lançado com o objetivo de oferecer um espaço alternativo para a discussão de termos proibidos na grande imprensa, pois a censura já “abraçara com braços fortes”, os grandes jornais, e, era necessário ter um meio para abordar assuntos impedidos de serem discutidos na imprensa tradicional. Todavia, o jornal não era lido pelas massas, o trabalhador não se interessava pelo mesmo, pois o seu jornalismo não o contemplava como leitor. Era um periódico elitizado, que possuía sua classe de leitores, como: estudantes universitários, políticos, jornalistas, a burguesia intelectual de Porto Alegre.

O jornal iniciou com sucesso chegando a ter edições esgotadas, contudo, foi o primeiro jornal do sul a sofrer censura prévia desde a sua terceira edição, em que o controle acabou impedindo a liberdade do jornal provocando um processo de autocensura interna.

O periódico, também, era conhecido entre sua equipe como, a patota do *pato*, denunciava a repressão e, principalmente, o conservadorismo da capital, utilizava notas publicadas como recados para os redatores do jornal, e fazia ressoar por toda a Porto Alegre a sua indignação com o regime e o provincianismo gaúcho.

Era um periódico feito pela esquerda metropolitana, o único jornal gaúcho, na qual, o humor era empregado, e usava a sátira quando, necessário, principalmente, se o tema se tratasse sobre Porto Alegre e suas tradições. “A direita a chamava de ‘esquerda festiva’, com alguma dose de razão. Jornalzinho debochado, irreverente, da linha PASQUIM.”. (MARÇAL, 2004, p. 190)

O humor era usado como instrumento de crítica, pela forma de militarismo exercido no país, às formas burguesas conservadoras da província e ao modo como o jornal fora recebido em determinados grupos sociais.

Uma das formas de humor do periódico foram os jogos criados para divertir. Um dos jogos criados pelo *Pato*, chamado “Enciclopédia Simandol”, tinha como meta apontar todas as pessoas que já haviam saído da cidade em busca de novidades, e, sugerir que algumas deixassem, imediatamente, a capital, pois, com seu jeito provinciano de ser não deixavam a cidade progredir.

Algumas pessoas já tinham sido eleitas pelo *Pato*, eram nomes de pessoas da elite, na qual se referia a eles, com apelidos ou referências mais explícitas, em que podiam ser claramente, identificadas. Conforme Rosa (2005, p. 8):

Os provincianos, aos quais o jornal se dirigia, já que o semanário tinha circulação regional, eram definidos como “aqueles que levam tudo as últimas conseqüências, tentando derrubar as novidades em defesa de seus mitos. Assim vamos vivendo na Província a sombra de organizações “tradicionais”. Um apelido bonito para senis. Nomes e endereços a pedido .Definidos e identificados os provincianos, [ . . . ].

A seção denunciava o marasmo cultural de Porto Alegre, em que as novidades não eram bem vindas, especialmente na área artística e literária.

A redação onde se processava e se conversava sobre as matérias que iriam circular no jornal, se dava na casa de um dos membros do grupo ou nas mesas dos bares da cidade.

Um dos pontos de encontro prediletos era o Encouraçado Butikin, casa noturna muito freqüentada na época. Amigo dos jornalistas, o proprietário Rui Sommer liberava o horário da tarde para a edição do alternativo, mesmo sabendo que, volta e meia, ele próprio era motivo de graça nas páginas do jornal. (STRELOW, 2004, p. 4)

O *Pato*, durante suas 15 edições, revolucionou comportamentos e trouxe grandes mudanças, contudo, essa irreverência interferiu nas futuras edições do periódico, o que proporcionou o surgimento da censura prévia.

A sociedade gaúcha tinha estabelecido sua forma de convivência e dentro dos limites estabelecidos que as pessoas deveriam conviver, se quisessem alguma novidade, deviam procurar fora da cidade. Muitos talentos locais alcançavam o sucesso fora da capital. Segundo Strelow (2004, p. 7): “O porto-alegrense é tido como provinciano, aquele que leva tudo às últimas conseqüências, tentando derrubar novidades em defesa de seus mitos. [ . . . ]”.

Nas suas páginas, *O Pato*, publicava crônicas, comentários, reportagens, discussões, debates e textos, com uma forma inovadora, a do humor. Com isso, colocavam a província a par da situação vivida pela própria província e pelo Brasil.

## 5.1 A CENSURA NO JORNAL O PATO MACHO

A política não era muito comentada no jornal, entretanto, esse, acabou sofrendo a censura prévia. O motivo da instalação da censura prévia no *Pato* foi estranho, o episódio, referiu-se à publicação de uma nota irônica no jornal sobre uma senhora da alta sociedade porto alegre, Aline Faraco. Era esposa do reitor da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), no qual o comentário sarcástico proferido por Cói Lopes no periódico, a deixou muito irritada, e com sua influência entre o regime propôs uma interferência no jornal.

O motivo da medida é um tanto quanto curioso: a esposa de Eduardo Faraco, então reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Aline Faraco, sentiu-se lesada pelo jornal e, como seu marido era também o cardiologista do general-presidente Emílio Garrastazu Médici, aproveitou-se de seu prestígio junto ao regime para colocar o *Pato Macho* sob censura. (ROSA, 2002, p. 105)

A censura prévia imposta pelo regime desgostou toda a equipe do *Pato* e como protesto todos assinaram um texto chamado: “Eles não deixaram o Pato assar”.

Na última terça-feira, quando tudo corria normalmente na nossa sede comercial, Pato Macho já estava nas bancas, vendendo bem, eis que surge “aquela” fumaceira invadindo nossos aposentos. Lembrei meu indefectível avô, que dizia sempre: Onde há fumaça, há fogo. Mas acontece que o negócio era papo firme, era fogo mesmo. O pato corria o risco de ser

assado ingloriamente, para tristeza de muitos e alegria de uns poucos. (PATO MACHO, 1971, n. 3, p. 22)

O periódico não possuía a sua própria sede, por esta razão, o censor precisava ir atrás dos jornalistas da equipe para cumprir o seu trabalho.

A censura consistia na tentativa de omissão de informação, como forma de manter o poder, procurava-se evitar que certos conflitos e discussões se estabelecessem. Era explícita, e prevista em lei, na qual, proibia-se a informação de ser publicada, vinha na forma de intimidação governamental, em que, as pessoas tinham medo de expressar apoio com medo de represálias pessoais e profissionais. Portanto, a censura prévia ou preventiva, sofrida pelo *Pato*, foi aplicada pelo governo, contra as publicações, na qual, todas, tinham que ser examinadas pela polícia federal antes de serem publicadas pelo jornal.

A censura prévia pode ter sido ilegal, pode ter sido oculta, pode ter sido negada, mas também foi muito padronizada, com pessoal encarregado, procedimentos estabelecidos, equipamentos, cronogramas e locais determinados. (SMITH, 2000, p. 98)

O controle da censura impediu a liberdade do jornal de publicar o que quisesse sobre o regime ou sobre, principalmente, o provincianismo da capital gaúcha. A equipe tentava não produzir textos possíveis de corte, contudo, o controle era constante e muitas vezes grandes pedaços de matéria eram censurados, tendo como motivo à manutenção da moral e dos bons costumes. Pinheiro Machado (1998, p. 24), ressalta:

Várias vezes nós fomos censurados ou se colocou essa censura prévia, em cima de iniciativas que havíamos tomado, algumas até de mau gosto, eventualmente...Porque, também, a censura era muito moralista. Não era só política. Absolutamente, não. Ou cultural. Ela era, também, muito moralista. Tinha um viés conservador. [ . . . ].

A fiscalização acabou originando um movimento chamado de autocensura. Os resultados eram como os da censura prévia, a informação estava sendo manipulada, e o público não tinha conhecimento de que a informação estava lhe sendo tolhida ou negada. SMITH (2000, p.136) informa que: “A autocensura é uma subcategoria da censura. Existe algo a dizer, você sabe disso, mas não diz. Não é o silêncio da ignorância ou falta de discernimento e sim o da abstenção consciente.” O próprio veículo de comunicação incorpora a paranóia e a neurose do censor.

As duas formas de censura, prévia e autocensura, podiam ser, para a imprensa, ilegais e ocultas, entretanto, para o Estado era uma forma de controle da informação e mantenedora do poder, pois, quem controla a informação domina a sociedade.

## 5.2 O FIM DO PATO MACHO

O periódico *O Pato Macho* foi pioneiro no Rio Grande do Sul, ajudou a abrir os caminhos para o surgimento de outros alternativos regionais, entretanto, no dia 21 de julho de 1971, sucumbiu por absoluta falta de leitores, no seu 15º número, durou somente quatro meses. *O Pato* fracassou porque não conseguiu ultrapassar, na época, as limitadas fronteiras pessoais de muitos de seus criadores (grande parte da equipe atuava na grande imprensa, como: Zero-Hora, Correio do povo, Folha da Tarde.), a crise econômica no jornal e ao governo ditatorial.

Quase todos os jornalistas do Pato Macho tinham emprego em jornais da época, Zero - Hora, Correio do povo, Folha da tarde. Então, havia essa coisa simultânea: a gente atuava na imprensa local e, ao mesmo tempo, tinha o Pato, um lugar onde, pelo menos, teoricamente, a gente publicaria o que não podia publicar na grande imprensa. Mas a gente acabou não podendo fazer muito isso. (STRELOW, 2004, p. 42)

Eram contestados o provincianismo e a Tradicional Família Gaúcha, dos ricos e da classe média alta tradicional, mas, o jornal não comentou sobre as incertezas e inseguranças da classe média baixa ou dos pobres.

[. . .] o mal do Pato Macho foi ele ter ficado muito centrado em um certo segmento da sociedade porto alegreense, o bairro Moinhos de Vento, o pessoal de uma certa classe social. “Ele não tinha muito apelo popular, então, ficou um pouco restrito a uma certa elite. Inclusive há muitas referências as quais não entenderia quem não participava daquele tipo de vida, daquela partezinha da sociedade”. (STRELOW, 2004, p. 36)

Segundo Marçal (2004, p. 191) nos diz que: “Elitizados, ou etilizados, derrapamos no nosso próprio provincianismo.” O jornal alternativo *O Pato Macho*, ainda que, desejasse combater o provincianismo da capital gaúcha, no regime ditatorial, era extremamente provinciano.

## 6 METODOLOGIA

Nesta seção estão descritos os procedimentos seguidos na realização deste estudo.

A pesquisa apresentada analisa e interpreta a oposição feita pela imprensa ao regime militar. Como ocorreu a circulação da informação na época e quais as principais formas de resistência, tendo a análise do conteúdo do periódico alternativo, *O Pato Macho*.

Tendo em foco os procedimentos quanto à abordagem e tipo de estudo; sujeitos da pesquisa; instrumento de coleta de dados; procedimento de coleta de dados; tratamento dos dados; apresentação e análise dos dados.

### 6.1 ABORDAGEM E TIPO DE ESTUDO

Tratou-se de uma investigação de cunho qualitativo, realizado sob a forma de um estudo analítico.

Segundo Pereira, M.G (199, p. 12): “Os estudos analíticos estão usualmente subordinados a uma ou mais questões científicas, as “hipóteses” que relacionam eventos.”

Preferiu-se pela abordagem qualitativa, uma vez que a pesquisa analisou as informações coletadas sobre: informação, ditadura, imprensa e censura e interligou-os ao periódico, fundamental da pesquisa, *O Pato Macho*. Procurou não quantificar os dados, mas analisar o significado a eles atribuído.

Entendeu-se que a abordagem qualitativa, neste trabalho, permite uma análise mais profunda dos dados coletados.

## 6.2 SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado essencialmente de livros e artigos científicos. Portanto, foram selecionados como sujeitos da pesquisa os livros, artigos científicos, publicações periódicas, teses de mestrado etc. Segundo Gil (2009, p. 64):

As fontes bibliográficas mais conhecidas são os livros de leitura corrente. No entanto, existem muitas outras fontes de interesse para a pesquisa bibliográfica, tais como: obras de referência, teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos e periódicos de indexação e de resumo.

As fontes secundárias serviram como pesquisa para este assunto.

## 6.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados as fichas (APÊNDICES A e B).

As leituras realizadas na pesquisa bibliográfica foram registradas e documentadas, por meio de anotações. Sendo que se utilizou o método de fichamento para a documentação dos dados, isto possibilitou a obtenção de informações exatas. Além disso, serviu para o manuseio, remoção, renovação e acréscimo de informações, logo, as fichas nesta pesquisa, foram indispensáveis na tarefa de documentação bibliográfica.

O objetivo das fichas conforme ressalta Gil (2009, p. 81) é: “A identificação das obras consultadas; o registro do conteúdo das obras; o registro dos comentários acerca das obras e; a ordenação dos registros.”



As fichas ocuparam pouco espaço, foram fáceis de manejar e possibilitaram a ordenação do material relativo ao tema.

Utilizou-se três tipos de fichas: fichas bibliográficas de livros, fichas bibliográficas de periódicos e fichas de apontamentos. Sendo que as fichas bibliográficas serviram para anotar as referências bibliográficas e a ficha de apontamentos o registro de idéias, resumos e citações.

#### 6.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Após a seleção das obras úteis para o desenvolvimento do assunto, procedeu-se em seguida, à localização das informações necessárias, sendo a coleta, por meio das fichas.

Em seguida da posse do material bibliográfico iniciou-se a sua leitura. As leituras, segundo Gil (2009, p. 77-78) podem ser classificadas em quatro tipos, pois, ocorrem em função do avanço do processo de pesquisa. Em vista disso, temos:

- **Leitura Exploratória** – esta é uma leitura do material bibliográfico que tem por objetivo verificar em que medida a obra consultada interessa à pesquisa;
- **Leitura Seletiva** – após a leitura exploratória, procede-se a sua seleção, ou seja, à determinação do material que de fato interessa à pesquisa. Para tanto, é necessário ter em mente os objetivos da pesquisa, de forma que se evite a leitura de textos que não contribuam para a solução do problema proposto;
- **Leitura Analítica** – é feita com base nos textos selecionados. Embora possa ocorrer a necessidade de adição de novos textos e a supressão de outros tantos, a postura do pesquisador, nesta fase, deverá ser a de analisá-los como se fossem definitivos;
- **Leitura Interpretativa** – esta constitui a última etapa do processo de leitura das fontes bibliográficas. [...] Na leitura interpretativa, procura-se conferir significado mais amplo aos resultados obtidos com a leitura analítica.

Conforme Gil (2009, p. 77), os objetivos das leituras variam, assim como os procedimentos e atitudes, portanto a leitura que se fez do material tinha como objetivos: “identificar as informações e os dados constantes do material impresso; estabelecer relações entre as informações e os dados obtidos com o problema proposto; e analisar a consistência das informações e dados apresentados pelos autores”.

## 6.5 TRATAMENTO DOS DADOS

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a apresentação dos resultados foi realizada por meio da análise e da interpretação de todo o material obtido durante a pesquisa, utilizou-se como base a revisão de literatura que a fundamenta e as observações das características peculiares do meio pesquisado (as diferentes imagens e textos selecionados) sendo utilizado o periódico alternativo o jornal *O Pato Macho*. Não foram incluídas quaisquer apresentações de resultados que se utilizassem de métodos Estatísticos.

## 6.6 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A seguir apresentam-se os dados coletados por meio das fichas bibliográficas e fichas de apontamentos, em que ocorreu a análise e interpretação.

A década de setenta iniciou com o apogeu do golpe militar, foi uma época de extrema repressão por parte da ditadura e do governo Médici, o mais linha dura dos presidentes brasileiros. Esses foram anos de massiva propaganda oficial, falta de liberdade, censura e perseguições, os chamados “anos de chumbo”, em que os movimentos sociais eram sufocados. As informações importantes para a sociedade (povo) eram relegadas e as idéias divergentes ao regime, severamente, punidas.

Neste contexto, que surge em 1971, um dos mais notáveis e desconhecido jornal que circulou em Porto Alegre, o periódico alternativo *O Pato Macho*. Um jornal de resistência, contestador dos costumes locais, que usava o humor como condição principal.

Causou uma grande expectativa com a sua chegada, todos o aguardavam com certo medo, não sabiam o que seria escrito no jornal, mas sabiam que seria irreverente e contestador. Como mostra o texto da seção editorial na edição dois do *Pato*: “A coisa mais engraçada no primeiro número do “Pato Macho” não estava no jornal. Foi à expectativa – melhor dizendo, o pânico – que antecedeu o lançamento do Pato, em toda a cidade”. Conforme o: **(ANEXO A)** - (PATO MACHO, 1971, n. 2)

O jornal carioca Correio da Manhã publicou sobre a chegada do periódico nas bandas do Sul, comentava, entre outras coisas, sobre o nome “O Pato Macho”, que seria um nome copiado de outro nascido no Rio de Janeiro no século XIX. (PATO MACHO, 1971). Entretanto, o periódico no seu primeiro exemplar não faz referências a esse fato. Segundo o: **(ANEXO B)**.

[ . . . ] Ah! íamos nos esquecendo de explicar o nome do jornal. Na verdade ele se chama Pato Macho como poderia se chamar Alfredo ou Ribamar ou Qualquer coisa Pato Macho soou bem. É engraçado. Fácil de lembrar e de dizer, não há outra explicação. (PATO MACHO, 1971, n. 1).

O periódico durou, apenas, quinze edições semanais, tinha como diretor Luis Fernando Veríssimo e continha textos de vários jornalistas famosos (desconhecidos na época), como: Ruy Carlos Ostermann, Moacyr Scliar, Carlos Nobre (que se intitulava Charles **O** Nobre, um nome americanizado para dar mais credibilidade, um toque de deboche.), Rogério Mendelski, José Antônio Pinheiro Machado, e muitos outros.

Os assuntos que eram discutidos no periódico *O Pato Macho*, não envolviam muito a política eram, geralmente, temas sobre os costumes da cidade. O texto da edição quatro nos mostra com o título: **Charles o Nobre**, como *O Pato* abordava esse tema no jornal, geralmente, com tom de zombaria.

Charles o Nobre:

- Para não se sentir diminuído no meio de um grupo importante, disse logo: Sabem não é pra contar vantagem não, mas eu também sou meio bicha.
- A coisa que eu acho mais hipócrita nas grã-finhas é chamar queijo de “fromage” quando está vendo que é queijo mesmo. (PATO MACHO, 1971, n. 2)

Contudo, a política não estava ausente nas preocupações da patota do *pato*, os jornalistas aprenderam a ter na época ditatorial, “jogo de cintura”, sempre que possível, colocavam suas críticas nas entrelinhas. Como podemos ver no exemplo tirado do periódico da edição número dez. Crítica ao regime na imagem da **Monalisa**, essa de forma estilizada, com um chapéu socialista. Tendo, abaixo, uma frase atribuída a Flávio Carneiro. Que fez menção aos versos “Meus Oito Anos” de Casimiro de Abreu. O texto nos diz: “Oh, que saudades que eu tenho D’aurora da minha vida. Da minha infância querida, dos anos que não voltam mais”. Conforme o: **(ANEXO C)** - (PATO MACHO, 1971, n. 10)

O jornal *O Pato Macho* fazia muitas críticas à censura, ao regime e aos costumes porto-alegrenses fazia isso, em frases pequenas ou palavras diluídas para serem publicados.

Tentava não levantar suspeitas da censura, para evitar cortes, fazia textos aparentemente “inofensivos”.

Como exemplo de um desses textos podemos citar um artigo de meia página chamado “**Eis o Sexo**”, em que José Onofre fala sobre um manual de técnicas sexuais de um tal de Robert Street. Após dar dicas sobre o referido, e como adquiri-lo, este conclui: “Afim, quando nos tiram a praça, fiquemos com o quarto”. Segundo o: **(ANEXO D)**.

EIS O SEXO - José Onofre:

Há duas coisas realmente decisivas, importantes, inadiáveis, urgentes e de difícil equilíbrio na vida de um cara, que são o sexo e o trabalho pela ordem. O resto [...] formam o lixo da espécie, são os fetiches que criamos na tentativa de recuperar uma fertilidade e virilidade, enfim uma naturalidade diante do mundo [...]. Afim, quando nos tiram a praça fiquemos com o quarto. (PATO MACHO, 1971, n. 2, p. 6)

Na coluna denominada *Desclassificados* do periódico, existiam dicas para curtir o melhor de Porto Alegre, tudo o que ela podia oferecer aos “estrangeiros”. Segundo *O Pato*, nada que não fosse “cafona” ou ridículo. Na capa da edição de número 2, há algumas observações de Caetano Veloso. Essas foram tiradas de um fascículo da revista Abril Culturais, do ano de 1971. Em um dos comentários sobre as suas músicas, ele diz: “E fog, minha gente. Eu aqui em Londres e minha vida e minhas músicas aí nas bancas. Guiç! (suspiro dorido em inglês)”. (PATO MACHO, 1971, n. 2). Caetano retrata a sua amargura por estar fora do país e a sua ansiedade em retornar.

Na época da Ditadura, muitos artistas, como o Caetano Veloso, eram perseguidos pelo regime e encontravam-se no exílio.

No entanto, como já mencionado, a política não era a parte mais comentada do *pato*, tinha sua atenção voltada mais para o provincianismo, mesmo assim, sofreu a censura prévia. O motivo foi o comentário sarcástico de Cói Lopes de Almeida (um dos diretores do Pato) sobre Aline Faraco, esposa do reitor da UFRGS, socialite da época.

Essa foi à razão que desencadeou o processo de censura prévia no jornal. A censura teve início no terceiro número, mas Cói Lopes, não aceitou calado essa decisão do regime e usando metáforas fez um texto publicando-o neste primeiro número censurado, com o título: “**Silêncio**”: Conforme o: **(ANEXO E)**

Foram vocês que pediram. Encheram meu saco. Apesar de tudo, este jornal ainda dura três ou quatro números, não que dependa de mim, mas, foram vocês que quiseram assim vai ser. Não acredito no que sei, apenas sei que o posso fazer dentro de uma limitação infinita. Eu assistirei cucas fundirem-se. Cérebros desmancharem-se. Vou rir. Não nasci para este mundo, onde o medo transtorna corações e mortifica corpos. Não foi para isso que eu vim. Entrego os pontos, enquanto ainda tenho o que entregar, depois seria tarde demais. (PATO MACHO, 1971, n. 3, p. 8)

A censura imposta sobre o periódico foi muito criticada, pelos jornalistas e em sinal de protesto, todos, assinaram um texto chamado: “**Eles não deixaram o Pato assar**”. Segundo o: **(ANEXO F)**

Na última terça-feira, quando tudo corria normalmente na nossa sede comercial, Pato Macho já estava nas bancas, vendendo bem, eis que surge “aquela” fumaceira invadindo nossos aposentos. Lembrei meu indefectível avô, que dizia sempre: Onde há fumaça, há fogo. Mas acontece que o negócio era papo firme, era fogo mesmo. O pato corria o risco de ser assado ingloriamente, para tristeza de muitos e alegria de uns poucos. (PATO MACHO, 1971, n. 3, p. 22)

Conforme o editorial do jornal *O Pato Macho* (1974, n. 11): “A patota tinha um compromisso consigo mesma: depois do terceiro número nos reunirmos para decidir se valia a pena continuar e ,se valesse, organizar melhor a coisa” Conforme: **(ANEXO G)**

O *Pato* não podia criticar a política e nem os políticos da capital gaúcha, entretanto, o panorama internacional da época lhe era permitido, por esta razão, o jornal falava de temas externos e classificava-os como fato político. O texto na seção política internacional nos mostra este fato, um texto com o título: **“They died with their boots on”** escrita por Jefferson Barros: “Um outro Jefferson, o Thomas, declarou há quase 200 anos que entre uma sociedade sem jornais e uma sem estado, ele preferia viver nesta última”. De acordo com o: **(ANEXO H)** - (PATO MACHO, 1971, n. 5).

O texto faz referências ao atual regime político da época.

O controle da informação era, naqueles tempos, uma das principais armas do regime contra o jornalismo em geral.

A censura no RS era exercida somente pelos funcionários burocratas e não pelos militares, eles eram bem vestidos, geralmente, funcionários da Polícia Federal que ganhavam muito dinheiro para fazer sua fiscalização repressiva. (ROSA, 2002).

O jornal era levado a Polícia Federal para ser submetido à análise, um dos editores o levava a sede. Os censores, em relação aos textos, não perdoavam nada, eram implacáveis, e às vezes, era necessário substituir quase toda a matéria.

Na última edição de número quinze, foi colocado um texto, na seção de serviço, que comentava sobre os banheiros públicos do centro da cidade, falava-se dos banheiros que podiam ser usados e os que não podiam. Como todo o material tinha que ter a aprovação do censor, esse texto também teve que ser analisado. O texto foi muito censurado e quase não saiu à matéria, pois tinha vários cortes, os

censores deduziram que o texto estava debochando dos milicos, classificando o seu governo, em melhores ou piores. Segundo Pinheiro Machado (1998, p. 17) - um dos integrantes do *Pato* - lembrou desse fato e o comentou: “Uma vez nós fizemos uma brincadeira que era o roteiro dos banheiros do centro da cidade. Bah tem que ver o que eles riscaram, quase não saiu àquela matéria”.

#### MICTÓRIOS- CAVALHEIROS:

Em Porto Alegre, no centro da cidade, área de comércio e repartições públicas, onde nos horários comerciais se concentra um enorme número de pessoas, existem vários mictórios públicos, situados em pontos mais ou menos estratégicas, de maneira a satisfazer as necessidades. PRAÇA DOM FELICIANO - Em frente à Santa Casa de Misericórdia. Más condições de higiene. Papel higiênico, ali é luxo. Pouco aconselhável para fazer coisas <mais sérias>. Um xixi rápido e sem preconceito não choca muito. (PATO MACHO, 1971, n. 15)

Nesta época o jornal era muito censurado nos desenhos, nas ilustrações, nos textos, etc., tudo, sofria censura, não deixavam passar nenhuma reportagem, nada que falasse ou desse a entender que estava se referindo ao Estado ou personalidades políticas da província. Por esta razão adotou-se no jornal a auto-censura (podemos dizer: um acovardamento dos jornalistas), por imposição do regime que não dava “moleza” ao *Pato*, isso evitava os grandes cortes que o jornal sofria nas matérias, por meio da censura prévia. Quando havia cortes no texto atrasava a impressão do jornal, que muitas vezes precisava ser revisto.

O jornal não falava de política abertamente, se “policiava”, suas reportagens eram, sempre, assuntos da sociedade, estava proibido de imprimir pensamentos políticos de qualquer natureza (textos, cartuns, mensagens, etc.) ou de qualquer pessoa. Conforme Strelow (2004, p. 23) relata um texto de bruxaria, publicado na edição número seis, do *Pato*, era de uma assinante, foi censurado, pois segundo os censores, trazia críticas ao regime em metáforas. Segundo os integrantes do *Pato*, a censura contra o texto foi “neura” dos censores, pois, esse não tinha nada a ver com política.

O *Pato Macho* era filiado à vertente existencialista do jornalismo alternativo. (STRELOW, 2004). Não ligava para ideologias e não fazia oposição ao regime como

os outros jornais alternativos, neste período, ele, queria, apenas, arranjar um espaço de expressão para dar a informação real, pois, tentar fornecer a notícia sem intervenção do Estado, naquele período, era utopia, tudo tinha que ter a “mão” da censura. Portanto, a perseguição ao *Pato* não era o fato de ser de esquerda, era uma perseguição política pessoal. Todo o jornalista do *Pato* era a favor de novos costumes, à modernização da sociedade queriam tirar o marasmo cultural da capital, entretanto, os burgueses da província queriam que continuasse como estava, conservadora, reacionária e tradicional.

A despeito de todas as dificuldades a meta do *Pato Macho* foi retribuir de forma bem-humorada e crítica, ao contexto que se apresentava no país, um autoritarismo reacionário que se instalou atingindo, principalmente, os meios de comunicação, em que, conseguiu restringir, a informação e criar a censura prévia. Contudo, apesar, de seus esforços para “alegrar” a província, o jornal não foi, plenamente, compreendido, e muitas pessoas se sentiram ofendidas e agredidas com o seu humor sarcástico. Um texto escrito por Cói Lopes sobre a cidade tinha como título: **OPINIÃO:**

– valerá? A pena dá pena. A cidade é uma província, ampla e notória. E nisto ela é dura/forte, falsa/gentil. Misteriosa/mentirosa. O jornal é um parto-a-mais, um resmungo de desaprovação, um dedo duro que mexe nos anúncios e nos luminosos. (PATO MACHO, 1971, n. 6)

Era um sinal de despreço de como as coisas andavam, aqui na província. A intenção do *Pato* era abrir os olhos da sociedade porto-alegrense, em relação de como se vivia na capital, em que as coisas de fora não funcionavam, aqui dentro.

Outro texto, com imagens, de uma placa de recomendações proibitivas para o público, de um cinema da capital, escritas por um gerente. Recomendações para poderem entrar no cinema, como: “**AVISO!** Não é permitida a entrada de pessoas usando: chinelos, bermudas e portando pacotes com pipocas, amendoim, rádios, etc. A GERÊNCIA. O periódico faz um comentário a este aviso num pequeno texto. Segundo o: **(ANEXO I)**



Porto Alegre, abril de 1971, século XX, um antes do XXI. Cine Coral, rua 24 de Outubro, na frente do ex-hipódromo, hoje Tobogã. Essa é uma das razões para eu você entre na jogada do simandol. Vá em frente enquanto é tempo. A província tem disso também... (PATO MACHO, 1971, n. 7, p. 20)

O *pato* não podia escrever nada, diretamente, sobre o regime, então, fazia gozação com o próprio jornal. Carlos Nobre publicou um texto, na edição nove, com o título: “20 RAZÕES PARA VOCÊ AMAR O PATO MACHO”. A sátira recaiu sobre o próprio periódico. Eis alguns trechos do texto. De acordo com o: **(ANEXO J)**

1. somos um jornal ágil: depois de ver a primeira página é só virá-lo e logo o senhor estará vendo à última.
2. Tem gente que também reclama do nosso papel. Esquecem que o papel que usamos é apenas para fazer jornal.
3. Nossos humoristas trabalham de graça.
4. Continuemos lutando pelos valores morais. (Onde é que estão hein? Onde é que estão?)
5. Jamais nos negamos a apoiar uma festa de caridade promovida pelas senhoras do socialite. Até mesmo quando essa festa de caridade tem finalidades filantrópicas.
6. Nosso jornal é anti-subversivo. A prova é que já estamos de olho em quem não anuncia em nossas páginas, pois, <quem não anuncia, se esconde>. Isso é altamente suspeito. (PATO MACHO, 1971, n. 9)

Os fatos sociais sobre a sociedade porto-alegrense dominaram o jornal, que tinha a intenção de “desmoralizar” a Tradicional Família Gaúcha. Foram criados vários jogos, um deles chamado ***Enciclopédia Simandol*** (enciclopédia ao estilo impressos Bloch) que tinha uma lista de pessoas que haviam saído de Porto Alegre e aquelas pessoas reacionárias, em que, *O Pato* mostrava todas as formas de saírem da província, para darem espaço às mudanças que deveriam vir para a capital. O próprio nome do jogo não deixava dúvidas – SIMANDOL – SE MANDA. *O Pato* ensinava como se jogar e todos os trajetos para irem embora, mostrava pontes, estradas, ruas, rodoviária, etc. O texto da primeira edição ensinava como deveria ser jogado o **SIMANDOL**, para não ter erros. Como o: **(ANEXO K)**

COMO JOGAR O SIMANDOL:

Instruções: a – Tome um dado destes de seis lados, numerados de 1 a 6. (Não deve ser dos de poker). b) – Não esqueça, isso não é jogo de osso. c) – Capture sete amigos ou amigas de preferência desiludidos; todos com a idéia de se fixar num centro mais avançado. Enfim, todos doidos para deixar a província. d) – Jogue um de cada vez, em turnos de seis horas intercaladas por intervalos de 15 minutos. (O intervalo poderá ser aproveitado para ouvir a Continental ou ir beber um uísque nacional no Butikin). e) – Avance ou volte, conforme estiver prescrito. f) – Seja criativo. Jogue sem brigas, estamos lançando um jogo sério. (PATO MACHO, 1971, n. 1)

Na edição três do periódico, já se conseguia ver os efeitos do jogo SIMANDOL, e Cói Lopes fez os seus comentários.

Uma semana depois de lançado o jogo Simandol, os efeitos começaram a se fazer sentir. Embarcou para Nova Iorque, de onde nunca mais pretende voltar, Marilene Tombini. [...]. Outra partida iminente é a do Fumaça. Ele viaja ainda este mês para London; o Mário Gustavo vai depois de moto. Se nosso hebdô durar mais de um mês Porto Alegre vira tapera. O maior negócio por aqui começará a ser Agências de Viagem. (PATO MACHO, 1971, n. 3, p. 8)

Porto Alegre, neste período, parecia feliz com a ditadura, era tradicional e conservadora na família, na propriedade e dúbia em relação aos militares não desejava a mudança. As questões que *O Pato* queria discutir, na época, como os cabeludos, o movimento hippie, a maconha, etc., eram questões comportamentais que tinham mais importância na capital do que tiveram em outros estados, Rio e São Paulo. Entretanto, o jornal deseja mexer com esses padrões e mudar os costumes. A intenção do Periódico era discutir na capital assuntos que os outros jornais não falavam, queria um jornal diferente, um jornal contestador.

As personalidades da capital eram o alvo do humor do *Pato*, entretanto satirizar as personalidades políticas era proibido pela censura, o jornal, então, usava em seus textos metáforas, que às vezes eram ou não percebidas pelos censores. Na edição de número seis, na última página, há um cartum que satirizava bem o

momento vivido, naquela época: São dois oficiais do exército conversando: Tenente e Soldado. Em que o soldado comenta ao Tenente: - Soldado: - “Tenente, aqueles viets que nos atacaram esta noite, deixaram um presente aí fora...” Conforme o: **(ANEXO L)** - (PATO MACHO, 1971, n. 6)

O presente é um cavalo, tipo o cavalo de Tróia.

Outro texto escrito no *Pato* mostra a situação em que vivia os jornalistas desse, sob constante tensão.

De: editor; Para: os redatores;

Assunto: se manquem

Pessoal. Tem gente querendo quebrar a nossa cara coletiva. De agora em diante, as únicas pessoas criticáveis e/ou gozáveis neste jornal são Adolf Hitler, José Stalin, Nero, Calígula, Átila o Huno (não confundir com o tango, eu também é bárbaro) Jack o Estripador, Carlos Imperial, Al Capone (com moderação, pode ter algum parente dele por aí) e Lucrecia Borgia. Mais ninguém. Nem o Manuel Pedro. Depois não digam que não foram avisados! (PATO MACHO, n. 7)

Na realidade, entendesse que o periódico usava o provincianismo da capital para atacar o regime ditatorial que se instalou no Brasil.

No jornal, o lado esportivo do semanário era o futebol, que ficava por conta da dupla grenal (Grêmio e Internacional), havia muito humor nos comentários sobre o assunto, todos eram técnicos, satirizavam os jogadores, árbitros, técnicos, etc. Na edição catorze, alguns comentários, abordados no Pato, sobre a dupla GRENAL.

- O goleiro Jair disse que Canhoto marcou o gol porque chutou errado. Em vez de chutar de esquerda, como seria natural, chutou de direita. Por isso marcou;
- Eu apito igual a qualquer outro, agora os jogadores acham que eu apito melhor, e por isso me respeitam;
- Tem gente que critica os treinadores tipo tapinhas-nas-costas-e-vamos-ganhar, minha gente. Frase de Oto, na saída do túnel: “Olha, felicidade pra você, e pau neles!” (PATO MACHO, 1971, n. 8)

O periódico, também, tinha um forte conteúdo cultural escrevia sobre as várias formas de arte. Na edição de número doze Veríssimo, Ferlauto e Renato D Arrigo fazem considerações sobre a arte, com o texto: QUAL O FUTURO DA ARTE MODERNA? - (PATO MACHO, n. 12, p. 15)

Na seção de prestação de serviços do periódico eram dadas dicas de lançamentos de livros e discos que chegavam ao mercado da capital, assim como de cinema, filmes, etc., era o serviço geral da província.

“Daqui pra frente este é o SERVIÇO DA PROVÍNCIA. Tenho a idéia de serviço, como o de uma central de informações tribal. **O PATO MACHO QUER QUE TODOS SAIBAM.** – uma comunidade; - aldeia global; - província total?”. – Texto de Cláudio Ferlauto - (PATO MACHO, 1971, n. 6, p. 11).

Para tornar a informação atrativa para os leitores, o periódico usou o chiste, o cômico e o humor.

Era necessário o uso de artifícios como: **Cartuns** - são anedotas gráficas, não baseadas em fato noticioso, fazia uma crítica mordaz e humorística do comportamento humano. Conforme o: **(ANEXO M)** - (PATO MACHO, 1971, n. 6, p. 18) – Texto: **CHARLES O NOBRE**; **Tiras** - são fragmentos de histórias em quadrinhos, se apresentam em uma única faixa horizontal. Segundo o: **(ANEXO N)** - (PATO MACHO, 1971, n. 8, p. 23) - Texto: **PATO MACHO - nº 1 nº 2 nº 3 nº QUARTO; Histórias em Quadrinhos** - uma narração em seqüência dinâmica, de situações representadas por meio de desenhos. De acordo com o: **(ANEXO O)** - (PATO MACHO, 1971, n. 15, p. 5) – Textos: **A LARANJA e NÃO DÁ PRA ENTENDER** – assim como: **Textos de Humor.** Conforme o: **(ANEXO P)** - (PATO MACHO, n. 5, p. 21) - Texto: **QUEM CASA QUER CASO** de Charles o Nobre; **Artigos** - são textos jornalísticos interpretativos opinativos, podem desenvolver uma idéia ou comentar um assunto. Segundo o: **(ANEXO Q)** - (PATO MACHO, 1971, n.13, p.2) – Texto: **NO FUTEBOL AMERICANO, A MULHER É APENAS UM OBJETO SEXUAL QUE EXCITA OS JOGADORES** – de Kate Millet; e **Fotografias** - que isoladamente, não tem função humorística, precisam de um momento cômico para ter valor de humor.

No periódico, a foto nem sempre era usada para ilustração de um artigo ou matéria, podia ser usada como sátira da sociedade ou do regime. Na edição número nove, capa, do periódico, existe uma fotografia, em que se encontra uma moça nua, cobrindo o busto. O nome da foto é: **LIBERTEM-ME.** Embaixo dessa existe uma

frase, que diz: **Libertem a moça, pô.** De acordo com o: **(ANEXO R)** - (PATO MACHO, n. 9)

Os alvos das sátiras, não eram pessoas comuns do povo, geralmente, eram pessoas de destaque ou assuntos noticiosos, que interessavam a todos. A caricatura não era a característica do semanário, pois, sabemos que ela é a deformidade do traço, e não poderia ser usada contra os militares e nem contra as personalidades da capital, sendo esta a sua finalidade, não seria permitida pela censura. No entanto, o periódico, de edição dois, na seção Enciclopédia SIMANDOL, há, apenas, um desenho classificado como **CARICATURA**, do cantor e compositor **João Gilberto**. Conforme: **(ANEXO S)** - (PATO MACHO, n. 2, p. 9)

O periódico usava muitas imagens, isto, dificultava, muitas vezes, à análise dos censores, pois, a leitura era prejudicada por causa das muitas imagens que imperavam no jornal. Ficava difícil perceber a intenção do texto e muitas vezes, censuravam textos que não tinham nenhuma apologia política. A informação estava contida direta e indiretamente nas muitas imagens e textos de humor que o periódico possuía, eles compunham a essência do Pato.

O jornal *O PATO MACHO* foi contestador, mais dos costumes da sociedade porto-alegrense, e menos de políticos, apesar de elitista.

O aburguesamento do Pato é um fato. Começamos nos Moinhos de Vento e já chegamos a Carlos Gomes. Nossos novos vizinhos: Na frente o clube inglês, ao norte o Dante de Laytano, a nordeste os Sopher, a sudeste um pouquinho mais pra lá os Sirotski... [...]. Neste número só há três referências à Caldas Junior e há até um elogio ao O. Meletti! Outro sinal que o PATO, aos poucos vai aderindo às classes dominantes. Era fatal. (PATO MACHO, n. 13, n. 2)

Exibiu, aqui no sul, uma forma de fazer informação diferente com irreverência, contestação e com muito humor para seus leitores.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo apresentar a análise do jornal *O pato Macho*, um jornal alternativo que surgiu na capital do RS, no início da década 70. Percebeu-se que este periódico, mesmo sendo alternativo e possuir uma forte oposição ao regime militar da época, tinha como propósito criticar os costumes e o provincianismo da capital, em que retratava o moralismo hipócrita da tradicional família gaúcha. Era um jornal alternativo humorístico que revelou uma série de humoristas, chargistas, cartunistas, cronistas (que eram desconhecidos, na época) e tiveram a oportunidade de publicar seu material no periódico e hoje, possuem carreiras de grande sucesso, podemos citar como exemplo um dos maiores cronistas da atualidade Luis Fernando Veríssimo, que teve no periódico o seu primeiro veículo de informação.

Acredita-se que este periódico além de trazer grandes nomes para atualidade, também proporcionou informações que poucos tinham conhecimento, como, a própria existência do jornal, que surgiu como uma forma de resistência aos desmandos do regime militar e ao marasmo local da cidade, naquele período.

Sabe-se que a época ditatorial foi uma época de cerceamento das liberdades, que contava com a opressão e a constante intervenção da censura, nas informações, e nas formas de pensar da sociedade. Contrastando com os dias atuais, em que se possui a liberdade de expressão, toda a informação adquirida, por vezes, sem critérios é aceita e permitida e todas as formas de pensamento são toleradas, devemos, então, pensar esta atitude, e refletir, sobre o verdadeiro sentido de democracia.

Compreende-se que o período foi muito danoso para o Brasil, sendo que a acessibilidade da informação, por meio dos jornais impressos, neste período, era muito vigiada e censurada, em que os militares tinham ampla preocupação com o setor de informações. Em função disso, para se obter informações sobre o periódico, nas grandes instituições, atualmente, foi muito custoso, quase não se tem informações a respeito, acredita-se que, isto, ocorra, pela grande repressão e censuras instituídas pelo regime, na época, que apesar de ter passado mais de vinte anos, ainda possa refletir nos meios de informação atuais. Pois, eles, deveriam

conter apenas informações a favor do regime, logo, ao preservar documentos contrários seriam “taxados” de subversivos.

Percebesse que, poucas instituições possuem exemplares do periódico o *Pato Macho*, tornando-se quase impossível encontrar os 15 exemplares intactos, sendo que a realização da pesquisa envolvendo-o foi muito penosa. Por se tratar de um jornal que não era popular e tinha um público restrito, uma pequena parte da sociedade porto-alegrense, à burguesia intelectual dos anos 70, observou-se que ao perguntar informações a respeito dele, constatou-se que a maioria das pessoas não sabia e nem possuíam conhecimentos sobre ele. Outra dificuldade encontrada foi com a péssima conservação do jornal, em que muitos dos exemplares estavam deteriorados ou faltando dificultando a pesquisa, alguns deles se encontravam destruídos pelo tempo, pelo mau uso e pelo acondicionamento inapropriado dos periódicos.

Entretanto, ao realizar a pesquisa ficou claro que existiu, na capital gaúcha, um jornal que tentou combater a ditadura e o conservadorismo, utilizou o humor e provou que, aqui no sul, apesar de se estar longe dos principais centros de decisão política e econômica, não se estava conivente com o que ocorria no país.

Nos dias atuais, com a liberdade de imprensa restituída não se precisou mais de jornais alternativos, portanto, se a ditadura oportunizou o surgimento destes periódicos, estimulados pela proibição, logo a democracia é o espaço para o surgimento das mais variadas idéias e discussões.

O jornal no seu curto período de tempo, quatro meses, retratou situações vividas pela capital na época da recessão, e, por isto, devemos nos conscientizar sobre o patrimônio cultural que está ao nosso alcance conservando e preservando, pois a falta de conscientização pode ocasionar a perda de toda a informação de uma comunidade.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999. 270 p.

ANDRADE, M.M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 1999.

BIROLI, Flávia. Liberdade de Imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1960). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 4, n. 47, p. 213-222, 2004.

CARDEAL ARNS, D. Paulo Evaristo. **Um Relato Para a História do Brasil**: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1987. 312 p.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros Proibidos, Idéias Malditas**. São Ateliê Editorial, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Brique de Lemos Livros, 2004.

MARÇAL, João Batista. **A imprensa Operária do Rio Grande do Sul (1873-1974)**. Porto Alegre: Editora da PUC, 2004.

MORAES, Dislane Zerbinatti. Stanislaw Ponte Preta e a Representação Satírica do Golpe Militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.4, n.47, p. 61-102, 2004.

PATO MACHO, Porto Alegre, 1971.



PEREIRA, Moacir. **Imprensa**: Um compromisso com a liberdade. Florianópolis: UFSC, 1979.

PEREIRA, M.G. **Epistemologia**: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil Contemporâneo**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

PINHEIRO MACHADO, José Antônio. In GONZAGA, Sérgio; FISCHER, Luís Augusto (orgs.). **Nós, os Gaúchos**. Porto Alegre: Universidade, 1998.

ROSA, Susel Oliveira da. **Apesar de Amanhã Vai Ser Outro Dia**: Imprensa alternativa versus ditadura militar em Porto Alegre. Porto Alegre: PPG-LET-UFRGS, v.1, n.1, 2005. Disponível em: <[http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Nauliteraria/article/View File/4850/2768](http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Nauliteraria/article/View%20File/4850/2768). Acesso em: 18 abr. 2010.

ROSA, Susel Oliveira da. **Exemplar, Pato Macho e Coojornal**: Trajetórias alternativas. 188p. Dissertação (Mestrado em História) – Programas de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SILVA, Jandira Maria Menezes da. **Dimensão e Tratamento da Cobertura Política**. 183 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social – habilitação em jornalismo) – Centro de Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1983.

SMITH, Anne-Marie. **Um Acordo Forçado**: O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 264 p.

STRELOW, Aline do Amaral Garcia. **Pato Macho**: jornalismo alternativo de humor. Porto Alegre: PUC: 2004. 69 p. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/strelow-aline-jornalismo-alternativo.pdf>> Acesso em: 29 março. 2010.

## APÊNDICE A – Ficha Bibliográfica de Livro e Ficha Bibliográfica de Periódico

APÊNDICE A

Ficha bibliográfica de livro.			
Autor(es)			
Título			
Subtítulo			
Edição	Editora	Cidade	Ano
Elementos complementares			
Site			
Data da leitura	Data do documento		
Ficha feita por	Local	Data	

Ficha bibliográfica de periódico.			
Autor(es)			
Título do artigo ou da parte da publicação			
Título da publicação			
Cidade	Número da Edição	páginas	Data ou intervalo do periódico
Elementos complementares ou particularidades que identifiquem a parte de periódico			
Site			
Data da leitura	Data do documento		
Ficha feita por	Local	Data do fichamento	

## APÊNDICE B – Ficha de Apontamentos

APÊNDICE B

Assunto	FICHA DE APONTAMENTOS		Assunto
Citação ou resumo			
Autor	Ano	Página	
Ficha feita por	Local	Data	

Assunto	FICHA DE APONTAMENTOS		Assunto (subdivisão do assunto 2)
Citação ou resumo			
Autor	Ano	Página	
Ficha feita por	Local	Data	

## **ANEXOS - TÍTULOS**

**ANEXO A** – Edição 2 – Editorial / 67

**ANEXO B** – Edição 1 – Que loucura! / 68

**ANEXO C** – Edição 10 – Gravura – Monalisa / 69

**ANEXO D** – Edição 2 – Eis o sexo / 70

**ANEXO E** – Edição 3 – Silêncio / 71

**ANEXO F** – Edição 3 – Eles não deixaram o Pato Assar / 72

**ANEXO G** – Edição 1 – Editorial – A Patota / 73

**ANEXO H** – Edição 5 – Política Internacional – They died with their boots on / 74

**ANEXO I** – Edição 7 – Opinião / 75

**ANEXO J** – Edição 9 – 20 Razões para você amar o Pato Macho / 76

**ANEXO k** – Edição 1 – Como jogar o Simandol / 77

**ANEXO L** – Edição 6 – Pato Macho / 78

**ANEXO M** – Edição 6 – Charles o Nobre / 79

**ANEXO N** – Edição 8 – Pato Macho nº 1 nº 2 nº 3, nº QUARTO / 80

**ANEXO O** – Edição 15 – A laranja e Não dá prá entender / 81

**ANEXO P** – Edição 5 – Quem Casa Quer Caso / 82

**ANEXO Q** – Edição 13 – No Futebol Americano, a Mulher é Apenas um Objeto Sexual que Excita os Jogadores / 83

**ANEXO R** – Edição 9 – Libertem-me! / 84

**ANEXO S** – Edição 2 – Caricatura – João Gilberto / 85

## ANEXO A – Edição 2 – Editorial



# EDITORIAL

A coisa mais engraçada no primeiro número de «Pato Macho» não estava no jornal. Foi a expectativa — melhor dizendo, o pânico — que antecedeu o lançamento do Pato, em toda a cidade. A mãe de um dos nossos redatores chegou a preparar uma lista afilada de pessoas que de maneira alguma poderiam ser glosadas no jornal. Um dos nossos anunciantes em potencial sustou seu anúncio, à última hora, depois que um passarinho mal intencionado cochichou no seu ouvido que a Tradicional Família Gaúcha nunca mais seria a mesma depois do aparecimento do «Pato Macho». Por pouco não foi dobrada a guarda do Palácio do Governo no dia do lançamento, pois a turba, moralmente desnorteada pela licenciosidade do novo órgão, fatalmente marcharia sobre qualquer bastilha, disposta a tudo.

Nada disso aconteceu, como se viu. O Pato Macho não quer abafar ninguém, muito menos solapar a moral ou o regime vigentes. Só quer mostrar que e bom humor pode-se fazer — ou tentar fazer — algo de novo e diferente na imprensa da província. A Tradicional Família Gaúcha continua como era antes, o que não é nenhum elogio. Somos corajosamente a favor do governo, qualquer governo, e — destemidos! — aceitamos até subvenção. E se alguma figura dos nossos melhores ambientes se sentiu ofendida por alguma brincadeira, pedimos à figura que examine seu coração, lembre a tradição de folgados tolerância do nosso jovial povo, e nos conceda um divertido perdão. E se continuar ofendido, azar, porque nós não mudaremos.

Não há, portanto, o que temer. Por exemplo. Planejamos publicar, nos próximos números, a verdadeira história das maiores fortunas do Estado, mas quem se sentir ameaçado pelas nossas revelações é só procurar nosso diretor comercial que, com um pouco de persuasão, concordaremos em calar. Mas não aceitamos imposições! Dinheiro, cheques, promissórias, títulos ao portador, sim. Imposições, nunca!

Foto ASSIS HOFFMANN

## QUE LOUCURA!

O Pato Macho não pretende ser igual àquele cara que foi a um psicanalista e, aconselhado por éste a contar sua história desde o princípio, começou: «No princípio eu criei o céu e a terra...»

O Pato Macho não pretende ser original. Louco, sim; original não. Aliás, o que mais nos animou a seguir adiante com a idéia deste jornal foi a reação de todo o mundo quando ouvira nossos planos. «Um jornal? Em Pôrto Alegre? Agora? Que loucura!» Quer dizer: com tanto encorajamento, como desistir?

Mas não pretendemos criar do nada. Só Deus criou do nada e olha no que deu. Vamos copiar, adaptar, aproveitar, seguir a trilha de outros até o hipotético tesouro e só improvisar quando não houver precedente. Esta franqueza não significa humildade, no entanto. A primeira providência tomada para que ninguém nos chamasse de «uma imitação barata do Pasquim» foi cobrar o mesmo preço do Pasquim. Imitação, por certo. Mãe cara!

Estabelecida a nossa identificação com o Pasca (a quem, por sinal, dedicamos este primeiro

número, com reconhecida gratidão) vamos às nossas diferenças. Em primeiro lugar: não queremos ser um jornal especificamente de humor. Calculamos que três, no máximo quatro boas risadas por número é uma meta razoável. No mais, nos contentaremos com sete sorrisos espontâneos, dois descendentes, um «Hal» pouco convicto, cinco murmúrios de aprovação, dois muxôcos indignados e um «Nada mau», no fim. Ou, no mínimo, um tolerante. «Vamos ver se no próximo número melhora».

Segundo lugar: não sendo um jornal nacional, o Pato Macho pode ser provinciano ou o que der. Sem provincianismo. Sabemos exatamente qual é e como é nosso público. Conhecemos a sua linguagem, a informação que eles gostam de ter, seus hábitos de vida e de consumo. E vamos tratá-lo com aquela informalidade que a vida em província oferece aos não-provincianos. Eis aí, quase que por acaso, uma boa definição para o Pato Macho; um guia informal das gentes, lugares e coisas da província, feito — com bom humor e esperança — para os não-provincianos em espírito.

Porque ninguém vive impunemente, ou cada um tem a filosofia que merece. Aos habitantes deste «continente» coube o provincianismo, filosofia bem antiga mas de grande aceitação fora das áreas de influência. Ao adepto desta filosofia dá-se o nome de provinciano e o provinciano é antes de tudo um chato, que deslumbra-se com os mitos. É por isso que evitamos fazer um jornal de mitos. Dos nossos diretores e principais redatores, só dois — Luiz Fernando Verissimo e Carlos Nobre — já ultrapassaram a barreira dos trinta, mas ambos nos asseguram que ainda têm dois ou três anos de raciocínio produtivo antes que esclerose os transforme em medalhões. Os outros são todos jovens e bem intencionados.

Mas voltemos ao nosso público: o provinciano, aquele que leva tudo às últimas conseqüências, tentando derrubar novidades em defesa de seus mitos. Assim vamos vivendo na Província à sombra de organizações «tradicionais». Um apelido bonito para senís. Nomes e endereços a pedido.

Agora Pôrto Alegre está assistindo ao que talvez seja a derradeira tentativa de soltar as amarras. A Rádio Continental, o som do Liverpool, as garotinhas da Independência e, modéstia à parte, o Pato Macho. Os provincianos estão grilados, como estariam os decadentes de outras épocas, assustados agarram-se ao que resta de cocoroquite. Embasbacados!

A Continental é esquecida por certas agências de publicidade, as garotinhas da Indepê são madalenas não arrependidas, o Liverpool sai para libertar o seu som. E nós? Bem, a gente não sofreu pressão direta, ainda estamos na faixa dos inofensivos. Apenas o ciúme de alguns colequinhas, que não admitem estar por fora da equipe que bolou este hebdô.

Irmãos é preciso coragem!!!

Ah! vamos nos esquecendo de explicar o nome do jornal. Na verdade é se chama Pato Macho como poderia se chamar Alfredo ou Ribamar ou Qualquer Coisa. Pato Macho soou bem. É engraçado. Fácil de lembrar e de dizer. Não há outra explicação.

ANEXO C – Edição 10 –Gravura – Monalisa



# EIS O SEXO

JOSÉ ONOFRE

Há duas coisas realmente decisivas, importantes, inadiáveis, urgentes e de difícil equilíbrio na vida de um cara, que são o sexo e o trabalho, pela ordem. O resto (arte, política, massa média, gravata cardin, publicidade, linha de montagem, Henry Ford, Jean Luc Godard, Teixeira, Ezra Pound, asfalto, estribos, chope, relógio, transistor, guerra, criação de galinhas, barbeiros, sindicatos, confessorário, divã e pantufas) formam o lixo da espécie, são os fetiches que criamos na tentativa de recuperar uma fertilidade e virilidade, enfim, uma naturalidade diante do mundo que algum macaco nosso avô perdeu quando descobriu que o melhor amor é o de mãe e que a melhor casa era o útero. Este avô anônimo, inteligente e desajustado, é o grande responsável pelo progresso e, que

eu saiba, nenhum governo do mundo desenvolvido lhe fez justiça e deu-lhe praça com estatua pelo bem que fez a espécie. Em compensação várias religiões dividem-se em elogiar o pior aspecto da questão, a culpa, e tentam renová-la, periodicamente, com novas liturgias e outros ritos de comisareção e despeito pelos pecadores de alma suja e corpo saciado. Eis o sexo.

O trabalho tem também por esta época a sua origem e o fato destas duas atividades serem tão antigas não impediu que levássemos dois mil anos de esforço físico e espiritual até que dois caras metessem o dedo na ferida da espécie. Dois germanos, dois membros ativos do desrespeito intelectual ao que era certo e aceito: Marx e Freud. Fiquemos com Freud, aliás, com Freud não, que é um

sujeito de difícil acesso, fiquemos com o sexo que também é de difícil acesso e muito proibido de fazer, mas que tem lá seus escritores. Não, nada de Lawrence, Miller ou Sade, os poetas. Fiquemos na divulgação científica de fenômeno.

Desde que a Universidade parou de consumir a velha cultura, a Civilização Brasileira começou a procurar outro tipo de público e descobriu que existem alguns setores da classe média problematizados com seus hábitos. E se lhe fecharem a porta do poder, restou-lhe a de outro verbo parecido mas impronunciável em certos círculos. E vem aí o Ênio Silveira com os calhamaços constativos de Masters e Johnson e o Sha Koken e o Fritz Kahn e outros de menor monta. Prá classe média é bom, mas muita gente corajosa já chegou, pela difícil praxis do assunto, as mesmas conclusões. Dou uma indicação que, a alguns meses atrás seria considerada sutil e culta pelos grupos mais por fora, mas que hoje já está um pouco manjada em alguns círculos limitados. Trata-se de um livrinho de bolso, editado pela Paydos, de um psicanalista inglês de nome Robert Street e que se chama «Técnicas Sexuais Modernas». Não tem figurinha

mas é bem escrito. A tese do livro é que o homem é uma máquina perfeita e grosseira, capaz de concluir um assunto em dois minutos. Até aí nada, mas o livro fala da mulher e explica como reaje psicossomaticamente nossa companheira de folgedos, mães, irmãs, colegas e vizinhas. Não querendo, em absoluto, disseminar a corrupção moral pelo país, indico o livro para quem ache que o futebol bem jogado é aquele que sintetiza o fôlego do Carbone, a força do Claudiomiro, a recuperação do Pontes e a habilidade, a sutileza, o toque lento do Sérgio. Dirijo-me aos que exigem algo mais que simples curta-metragens.

A tese básica do Street é que existe um descompasso entre o tempo do homem e o tempo da mulher. Quer dizer: quando um cara já vem voltando ela recém vai indo. Quando você notar um rosto feminino endurecido e vincado pode apostar que o partner faz os 100 metros razos em 2 minutos. O sujeito pouco profundo é merecedor de todos os galhos que porventura venham a ocorrer em sua vida. Perto deste livro os outros manuais não significam nada e enquanto não lançarem o «Position» por aqui, dediquem-se a ê-

le, Street, e esqueçam o resto. Não receiem entrar pela frente aqueles manuais de doença sexual que eram editados aqui década de 50. Street inglês da «swinging London», segundo os mais dentro, o velho Freud tá sendo levado em frente com a coragem e a audácia intelectual necessárias nestes casos. Talvez por lá esteja superado, mas por aqui ele ainda é um dos muitos recursos.

A leitura é recomendada para rapazes e raparigas pois este é um terreno onde tudo o que se sabe é pouco ainda. O livro deve estar custando uns doze cruzeiros e pode ser encontrado na Globo na Lima. Se não achar podem pedir diretamente a Paydos, na Calle Desosa, 599, 3º piso, Buenos Ayres. Foi com obras deste tipo que a Inglaterra se tornou alegre e livre-se do puritanismo. Não é nenhuma vergonha precisar deste livro e eu poderia fazer uma lista do pessoal que eu gostaria de conhecer, mas isto seria deselegante, desleal e perigoso. Tratamos de um tal opúsculo para tornar os jovens do território mais sorridente e nós mesmos mais produtivos, intelectualmente e fisicamente. Afinal, quando nos tiram a praça, ficamos com o quarto.



## ANEXO E – Edição 3 – Silêncio.



## ANEXO F – Edição 3 – Eles não deixaram o Pato Assar.



### ELES NÃO DEIXARAM O PATO ASSAR.

Na última terça-feira, quando tudo corria normalmente na nossa sede comercial, PATO MACHO já estava nas bancas, vendendo bem, eis que surge «aquela» fumaceira, invadindo nossos aposentos. Lambrei meu indefectível avô, que dizia sempre: Onde há fumaça, há fogo. Por um minuto lembrei várias coisas. Esquadrilha da fumaça, ataque terrorista, Juca Gaspar nas bocas ou queima daquelas ervas santas pra agradar exu de encruzilhada. Mas acontece que o negócio era papo firme, era fogo mesmo. O Pato corria o risco de ser assado. Inglórridamente, para tristeza de muitos e a alegria de uns poucos, imediatamente a valorosa guarnição dos bombeiros foi chamada. Mal tinha colocado o fone no gancho e a José Bonifácio (sede do Pato) era invadida pelas sirenes salvadoras. Nunca vi tanta presteza e tanta rapidez. Os prestativos soldados do fogo, usando técnica e coragem, evitaram que o Rio Grande perdesse seu maior cervo. O Pato estava salvo. Não chegou a queimar nem as delicadas penugens do rabo. Tudo intacto. O Pato erguia-se da fumaça para continuar a batalha. — Em nome de Tatata Pimentel os agradecimentos aos «argentos» José Carlos da Silva, Oliveira e Walderado Amorim, o Cabo Jordão e os soldados Silva, Cidade, Silveira, Helano, Santos, Zoupa, Raul, Dollrio, Bandeira, Bento, Noronha, Arilton, Rocha e Nedir. Todos bravos componentes das viaturas nºs 441 e 179, que atenderam a ocorrência. Muito obrigado gente, por terem salvo o nosso co-reto. Vocês não deixaram o Pato assar. (TODO MUNDO)

*Print e dots.*

## ANEXO G – Edição 1 – Editorial – A Patota

A PATOTA tinha um compromisso consigo mesma: depois do terceiro número nos reuníamos para decidir se valia a pena continuar e, se valesse, organizar melhor a coisa. Decidimos continuar, mas a coisa continuou desorganizada. Continuou, literalmente, uma coisa. O Pato era o único jornal do mundo feito por telefone, ou em ocasionais e fortuitos encontros dos seus editores. Quer dizer, o Col e o Ferlauto se encontravam, por acaso numa esquina. Oi, como é que vamos e tal, e se a gente planeja o próximo número? Aí telefonavam para a Ana Helena, que telefonava para o Nobre e para o Luís Fernando, que telefonava para o Sabugosa... A única coisa que salvou o Pato de ter sua sede apedrejada nestes primeiros meses é que ele não tinha sede.

Agora terminou a fase heróica. O leitor perspicaz notará que nosso expediente, a partir deste número, não é mais aquele. Temos um editor chefe que recebeu, em curta e tocante solenidade, uma única incumbência dos fundadores do Pato: «Organiza esse troço!» E o Pinheirinho. Temos um conselho de redação onde luzem os nomes de Ruy Carlos Ostermann, Paulo Tatti e José Onofre além dos três sobreviventes da nossa fase aventureira. Temos até — imagine! — uma mesa, uma cadeira, um mantinho de papel só nosso!

Agora já podem nos apedrejar à vontade. O Pato existe.

### EDITORIAL

### EXPEDIENTE

Editor Chefe

José A. Pinheiro Machado

Conselho de Redação

Ruy Carlos Ostermann

Paulo Tatti

José Onofre

Col Lopes de Almeida

Claudio Ferlauto

Luís Fernando Veríssimo

Editor Gráfico

Claudio Ferlauto

Equipe Gráfica

Maria Cristina Burger

Nilo Palm Soares

Augusto Portugal

Colaboradores

Carlos Nobre, Talata Pimentel, Jefferson Barros, Moacyr Schlar, Harry Sabugosa, Vanderlei Cunha, Augusto Portugal, Carlos Stein, Joaquim da Fonseca, Teodoro Busch, Henrique Arnholdt, Beto Prado, Levizan, Morezo e Brasil, Pedro Mohr, Assis Hoffmann, Odette Galvão, J. Sorel e adventícios.

Correspondentes:

Do Rio: Cota Duhá; De São Paulo: Marcos Faerman e Victor Vieira; De Nova Iorque: Juju Monster; De Londres: Fumaca Nardi; De Madri: José Maria Yglesias


Director responsável: Luis Fernando Veríssimo.

PATOMACHO é publicado semanalmente pela GRAFITTE EDITORA S.A. — Diretores: Sérgio Alves Rosa e Renato D'Arrigo

Impresso nas oficinas da Gráfica Gráfica Editora S. A. — Av. Ipiranga, 1073, fone 23-4266

Publicidade e Circulação: Eloi Colante — Impacto Representações Ltda. — Av. José Bonifácio, 565 — Fone 23-7850.

POLITICA INTERNACIONAL



ANEXO H

THEY DIED WITH THEIR BOOTS ON

Jefferson Barros

**U**m outro Jefferson, o Thomas, declarou há quase 200 anos que entre uma sociedade sem jornais e uma sem estado, ele preferia viver nesta última. Na sua edição de domingo — 13 de junho — o New York Times se comportou como se já vivesse — ou ainda vivesse — nesta utópica democracia jeffersoniana e começou a publicar uma série de documentos sobre o envolvimento americano no Sudeste da Ásia. A publicação destes documentos põe em dúvida toda a credibilidade mundial — se esta ainda existe — em relação ao Estado americano. Na quarta-feira (16 de junho) — estou escrevendo na quinta (17) — a publicação desta série foi, judicialmente, sustada, até decisão plenária de uma Corte de justiça, chamada a cena pelo poder Executivo.

O que distingue e dá grandiosidade a uma sociedade e Estado democráticos — como os Estados Unidos — de um Estado totalitário — como a URSS, a Grécia e outros — é que documentos como estes — confidenciais e de interesse para a segurança nacional — são publicados antes para depois terem suas publicações proibidas pela justiça. Num estado totalitário, eles são proibidos antes da publicação. Pela polícia ou coisa parecida. Mas o fato é que o New York Times, se comportando como o jornal liberal que é, publicou os relatórios elaborados durante a gestão de Robert McNamara na Secretaria de Defesa.

Como informação — pelo menos o que pude ler até hoje na *Immensa* brasileira, onde o material mais completo foi publicado nas edições de terça e quarta do Correlô do Povo e não nos jornais do Rio e São Paulo como você está pensando — os documentos não trazem novidade alguma. O envolvimento americano no Vietnã foi deliberado por Washington desde a velha guerra da Indochina. Sucessivos governantes da Casa Branca, numa escalada agressiva, prepararam o cenário da atual guerra do Sudeste asiático: inclusive o famoso incidente do golfo de Tonquin, em agosto de 1964, que justificou externamente o início dos bombardeios a Hanoi, foi resultado de uma série de provocações básicas norte-americanas, dentro do plano global de envolvimento. Depois da escalada aérea, a intervenção terrestre, que se intensificou de 1965 para cá, isto é, depois da série de golpes militares em Saigon que acabou com a formação do atual governo Thieu-Cao Ky. (Aliás, o documento revela que os generais vietnamitas não eram de toda confiança americana: eles podiam encontrar uma solução num governo de união nacional com presença «vietcong». A ação americana, na época, foi para impedir esta solução.)

Estas informações, contidas no relatório publicado pelo New York Times, não tinham chegado sequer — segundo alguns senadores — ao Senado, envolvido já há longo tempo num conflito de poder com sucessivos Presidentes. Este conflito diz respeito às prerrogativas para tomar decisões que envolvam a paz e a guerra. Constitucionalmente estas decisões só podem ser tomadas pelo Congresso americano; no caso do Sudeste asiático, o Exército, a Marinha e a Força Aérea dos Estados Unidos estão agindo na ilegalidade — consideram alguns senadores, entre eles o líder da maioria, Mike Mansfield — pois não há guerra declarada — pelo Congresso — contra nenhum país daquela região. No entanto, as informações do New York Times não são novas. Os líderes antiguerria, a imprensa melhor informada, os News & World Report, como *The Economist*, e mesmo congressistas americanos mais interessados já sabiam de tudo, inclusive Barry Goldwater, o candidato republicano derrotado por Johnson nas eleições de 64, justamente aquelas em que a questão da guerra e da paz foi eleitoralmente, decisiva.

Se do ponto de vista jornalístico as publicações do New York Times são pouco reveladoras, do ponto de vista histórico são quase inéditas. É a primeira vez que uma sociedade faz a guerra, a crítica da guerra e a análise real dos fatos da guerra ao mesmo tempo. Todas as guerras são sujas, algumas são mais sujas que outras (como por exemplo a guerra da Shell x Esso, que custou milhares de vítimas à Biafra), mas nenhuma sociedade — com a exceção da Atenas clássica — se permitiu lavar a sujeira de suas guerras ao som de suas batalhas. As guerras são sujas; o problema é que só descobrimos seus lixos anos, muitas vezes séculos, depois. O que o New York Times realizou foi a transformação do lixo político em fato histórico, quando este fato não deixou ainda de ser político, de ser lixo, portanto.

Clausewitz acreditava — e eu acredito com ele — que as guerras é a continuação da política por outros meios, pela violência. Revelando a face real da guerra do Sudeste asiático, os documentos que o jornal de Nova Iorque está tentando publicar questionam todo o exercício do poder político na Casa

Branca, põe em xeque os líderes americanos e revela a dimensão do equívoco estratégico ao se transformar, sem nenhuma habilidade, uma questão nacional vietnamita numa ameaça internacional.

Quase todo mundo já esqueceu que as guerrilhas — os vietcongs são guerrilheiros, gente! — só se instalaram no Vietnã do Sul por uma razão: o governante Dinh Diem (alguém é capaz de falar duas palavras sobre ele?) era uma tirania catástrofe e ocidentalizante exercida, com crueldade e corrupção, sobre um povo budista, culturalmente integrado num padrão não ocidental de sociedade e economicamente explorado. Os estrategistas americanos deviam aprender o que aprendeu e aplica inteligentemente o Centro de Altos Estudos Militares do Peru: a subversão — como as idéias, justas e erradas — não cam do céu, nascem de fatores históricos, de conflitos sociais determinados. É preciso eliminar as causas para eliminar os efeitos.

O envolvimento americano logo após o acordo de Genebra de 1954 realizou exatamente o contrário: veio para auxiliar a causa, para salvar a cabeça do ditador Diem e de seu sistema político, justamente a causa material e imediata da ação vietcong. (Um pouco de lógica aristotélica não faz mal a ninguém: a causa eficiente da ação pode ser a proximidade geográfica com o Vietnã do Norte (comunista); a causa final pode ser o comunismo, mas a causa material, isto é, que deflagrou a ação, e a imediata, isto é, que determinou o tempo em que a ação foi deflagrada, foi a ditadura Diem.) E foi exatamente o envolvimento americano que mudou o conteúdo da guerra e que transformou a questão vietnamita em questão estratégica fundamental para o equilíbrio de poder do mundo.

Foram necessários dez anos de envolvimento político para os centros de decisão de Washington compreenderem esta verdade. Foi quando começaram a tramar a queda da família Diem — durante o governo Kennedy. Aliás, o relatório pedido por Johnson a McNamara — um dos documentos publicados pelo New York Times — data de 21 de dezembro de 1963, um mês depois da morte de Kennedy e poucos meses após a queda e morte de Diem. O relatório foi preciso para que Johnson pudesse reelaborar a política de envolvimento americano no Vietnã.

Quer dizer — e esta me parece a revelação mais importante que se pode deduzir das publicações — o atoleiro não existia desde sempre para os Estados Unidos, existia tão somente para o corrupto poder da família Diem sobre Saigon. Hoje — é claro — o cenário é o mesmo (se as napalms não o recriaram), os figurantes (ou sobreviventes) são os mesmos, mas o ponto é outro e a dimensão do drama ou da tragédia é quase apocalíptica. A questão nacional vietnamita se transfor-

mou num dos fatores decisivos da crise nacional americana, na fonte de uma II guerra civil, na ameaça — não só pela derrota militar, mas pela socialização política — de toda a sociedade democrática dos Estados Unidos. Se os líderes soviéticos buscavam bons aliados, nas proximidades da Casa Branca, talvez não encontrassem outros melhores do que o senhor Dulles e o general Ike, os distantes deflagradores da escalada americana no Sudeste da Ásia.

A história é feita de ironias, como observou Isaac Deutscher, e implacável, como pensava Jacob Burckhardt, principalmente quando seus dados podem ser analisados no espaço inferior ao de uma geração, quando seus personagens principais ainda estão vivos. John Foster Dulles e Eisenhower estão mortos, mas a geração americana que assistiu ao envolvimento dos Estados Unidos na aventura mais absurda de sua história é o personagem central de um romance que, como todos os romances, é um antitépico das desilusões. Um retrato de memórias sobre um tempo de tristezas e de nostalgias. O que o New York Times começou a realizar — um pouco cedo demais para o gosto dos donos temporários do poder — é o inventário definitivo deste romance, habitado, como todos, por personagens dolorosamente conflitantes como a geração americana que viu seus sonhos de fartura numa sociedade aberta serem jogados no lixo de uma guerra distante e, politicamente, errada.

Repetiu-se, em escala de sociedade, o drama do 7º Regimento de Cavalaria em Big Little Horn, no ano de 1876. Lá, dois índios sobram muitos, inclusive Crazy Horse para contar histórias. Do 7º, ficou a legenda. De Custer, o mito. Agora, um super-Custer, planificado, computado, vorazmente impessoal, lançou toda a sociedade democrática americana numa garganta regorgitante de índios. A história dos tempos atuais é mais ágil e mais desumana do que a história dos tempos do western. Desta vez não sobrarão nem legendas, nem mitos. Os que morreram com suas botas calçadas, morreram em vão. Mas a história de hoje se é mais desumana e impessoal é também mais verdadeira e mais rápida em seus julgamentos. E o relatório publicado no New York Times é somente o atestado primeiro desta verdade. O que acontece é que lá estão os nomes. E o trágico é que nós convivemos com estes nomes em cada jornal diário que abrimos. Custer, afinal, foi mais heróico. E menos perigoso.



## ANEXO J – Edição 9 – 20 Razões para você amar o Pato Macho.

ANEXO J

*Charles*  
O NOBRE

1 — Somos um jornal ágil: depois de ver a primeira página é só virá-lo e logo o senhor estará vendo a última.

2 — Muitos disseram que o preço do nosso jornal é caro. Besteira. Quem se pode comprar hoje em dia por um cruzeiro?

3 — Alguns disseram que o nosso jornal não é vendido. Claro que não: jornal que se vende é venal.

4 — Tem gente que também reclama do nosso papel. Esquecem que o papel que usamos é apenas para fazer jornal.

5 — Há quem ache nosso jornal fino demais. Não perdem por esperar. Em breve teremos aqui uma coluna sobre tradicionalismo.

6 — Jamais fomos contra o monoquini — somos é contra o busto caldo.

7 — Nosso jornal é inédito: temos um cronista social alfabetizado.

8 — Tem bicha trabalhando aqui.

9 — Disseram também que nossas matérias às vezes são confusas. E a política nacional, que é muito mais velha que nós?

10 — Nossos humoristas trabalham de graça.

11 — Somos incultos. Cultura muitas vezes dá a maior cana.

12 — Continuaremos lutando pelos valores morais. (Onde é que estão hein? Onde é que estão?)

13 — Estamos convencidos que não é mais a fé que remove montanhas — são as escavadeiras.

14 — Estamos convencidos também que os moralistas ditam suas regras de moral hoje em dia com as secretárias em seus colos.

15 — Houve quem achasse o nosso jornal muito sutil. Péra aí, pô! E o Cói?

16 — Nosso jornal é anti-subversivo. A prova é que já estamos de olho em quem não anuncia em nossas páginas, pois, «quem não anuncia, se esconde». Isso é altamente suspeito.

17 — Jamais nos negamos a apoiar uma festa de caridade promovida pelas senhoras do saquite. Até mesmo quando essa festa de caridade tem finalidades filantrópicas.

18 — Para nós o dinheiro não é tudo tudo é a falta d'êle.

19 — Não somos uns escravos do sexo, somos dos «baixos instintos», que é negócio muito mais brasileiro.

20 — Hay gobierno acá? Pois nós somos a favor.

**20 RAZÕES PARA VOCÊ AMAR O «PATOMACHO»**

Sim, sim, a cultura não só resolve o problema de ninguém como ainda faz o cara ir em cana pra deixar de ser bêsta com os problemas do Vietnã e de Cuba.

O DIA QUE ALGUÉM INVENTAR UMA OFICINA ESPECIALIZADA EM ESTRAGAR APARELHOS DE TELEVISÃO, VAI FICAR RICO.

Se o Todo Poderoso tivesse o Cói dando palpites ao seu lado na hora da criação, este mundo seria cem vezes mais esculhambado do que é.

BRONCA DA PATOTA DE RIO GRANDE: «O PATOMACHO SÓ NÃO CHEGA AQUI PORQUE AS MARRECAS DE PELOTAS PEGAM ÊLE LÁ».

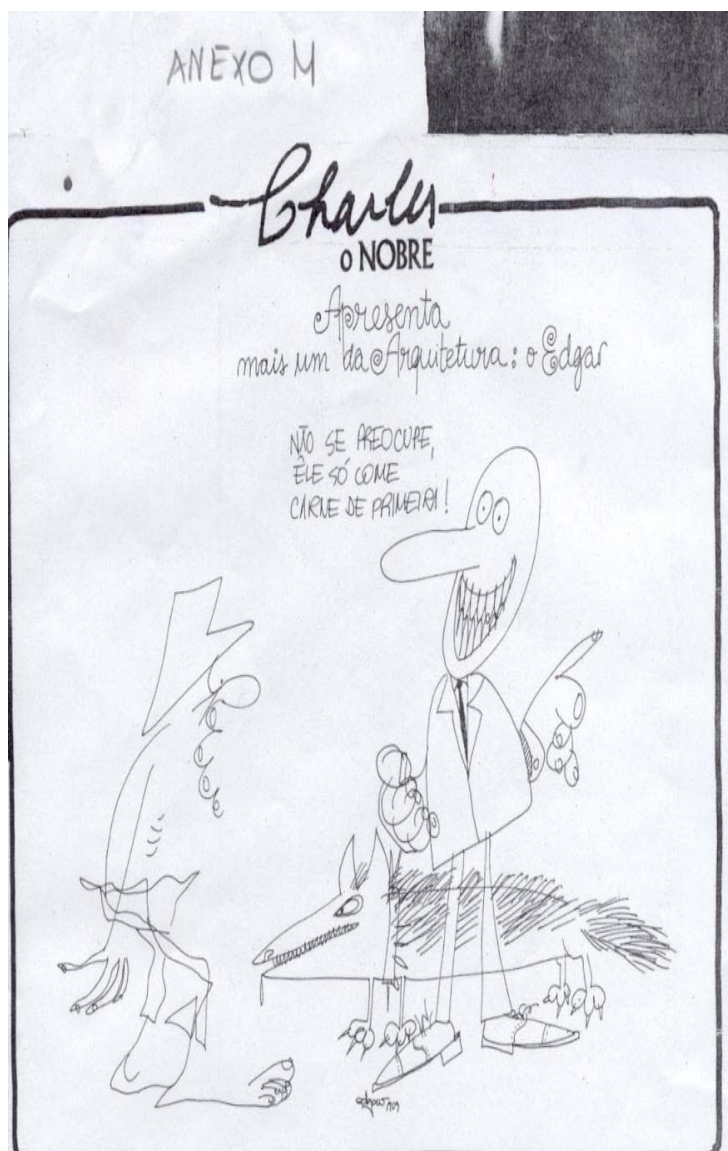
ANEXO k – Edição 1 – Como jogar o Simandol.







ANEXO M – Edição 6 – Charles o Nobre





ANEXO O – Edição 15 – A laranja e Não dá prá entender



ANEXO P – Edição 5 – Quem Casa Quer Caso.

ANEXO P

21

*Charles*  
o NOBRE

Nossos detratores disseram também que Tatata Pimentel é. A que ponto chegou a língua dessa gente, hein? Tatata não liga. Faz bem. Já foram ao ponto de dizer que o conhecido China Gorda também era.

Afinal, quem é a bicha, senhores telespectadores? Batman ou Robin?

Quem casa quer caso.

Nos Estados Unidos a venda de bazucas pelo correio não tá mole. Então já sabem: o próximo presidente não vai ser de rifle, não.

Em resumo: o que Freud quis dizer é que o machão de hoje pode ser muito bem a bicha de amanhã.

Encontro o Rubis Hofmeister:

— Nobre, fui convidado para ir a Boston.

Fiquei apreensivo. É que vocês precisavam ver como ele disse Boston.

Explica-se porque nosso jornal logo esgota nas bancas: todo mundo compra seu exemplar, lê, gosta, pede bis, vai na banca de nôvo e compra outro igualzinho.

**ANEXO Q – Edição 13 – No Futebol Americano, a Mulher é Apenas um Objeto Sexual que Excita os Jogadores.**

anos, professora universitária, com sua tese de doutorado, l... Ficou célebre mas foi... iversidade. Seu livro é dedicado Fumio Yoshimura, escultor, que eia... pção em 1961, e com o qual casou «por... odidade», como explica. Katte é uma... lideres do movimento feminista... — mais importante até do que... Há algum tempo mereceu a capa da... Katte não gostou. Sua explicação: «o... o personalismo». Esta entrevista... omento de nossa época. Os problemas... Katte Millet estão dentro de nossas casas. iblicando Katte Millet, fica... claro que o Pato é Macho mas não é fanático.

**NO FUTEBOL AMERICANO, A MULHER É APENAS UM OBJETO SEXUAL QUE EXCITA OS JOGADORES**

Nas grandes universidades, se joga principalmente futebol. O treinamento das equipes, a construção de ginásios absorvem todos os orçamentos, e as estudantes não participam dos jogos. Elas se contentam em ser torcedoras, aquelas que estimulam seus times, gesticulando e gritando durante o jogo. Essas são, então, relegadas ao papel de objetos sexuais, excitando os jogadores. Uma certa mística masculina está associada ao futebol americano, e corrompeu, de certo modo, as universidades.



**BETTY FRIEDMAN? NÃO CONCORDO COM ELA MAS A ADMIRO BASTANTE**

Eu admiro muito Betty Friedman. Nós estamos perpetuamente em desacórdio, mas eu a admiro bastante. Ela dedicou uma grande parte de sua vida a melhorar a condição feminina no mundo. Por tudo isso, por ser assim devotada, ela sofreu ataques miseráveis da imprensa, ataques às vezes até anti-semitas... Aliás a imprensa americana é muito curiosa... Eu acho estúpido, por exemplo, o culto a personalidade, que é completamente oposto aos princípios de nosso Movimento. O Time, por exemplo, publicou uma foto minha na capa sem meu consentimento... Isto é mau, politicamente para o Womens'Lib. O Movimento precisa de muitas pessoas que levantem os problemas. E preciso desenvolver as qualidades de liderança em muitas pessoas. O Womens'Lib tende a isto. Mas eu quero precisar que nós não nos consideramos donas da verdade. Ninguém possui a verdade. Outros grupos e outras teorias existem, e é muito bom que seja assim.



KATE MILLETT

**ELAS QUEREM**

**MULHERES DE TODO O MUNDO**

**NOSSO MOVIMENTO É MARAVILHOSO**

he-  
foi  
ros.  
eito  
nais  
dos  
se-  
res.  
sno  
i os  
stiel  
e eu  
eta-  
uela  
uito  
pê-  
ata-  
  
qual  
áci-  
  
aitas  
pa-  
otos  
êles.  
uma  
os a  
m e  
Mu-  
você  
lo e  
que  
tehu

ANEXO R – Edição 9 – Libertem-me!

ANEXO R

# A VEZ DAS Fêmeas

## PATO MACHO

PATO MACHO N.º 9, 9 DE JUNHO DE 1971 — CR\$ 1,00

**libertem-me!**

O NOVO CENTROAVANTE DO INTERNACIONAL

FURO DO PATO:



1 CONTO DE GARCIA MARQUES  
+ Carlos Stein  
+ Moacir Sciliar

O PATO NA BOLSA:  
LEVE  
3 CONTOS  
COM 1 CONTO

LIBERTEM A MOÇA, PÔ

Foto La Htre Guerra

ANEXO S – Edição 2 – Caricatura – João Gilberto.

